



Public Disclosure Authorized



Public Disclosure Authorized



Notas sobre a Floresta em Moçambique

Public Disclosure Authorized

Outubro
2018



Public Disclosure Authorized



Esta Nota une a situação, a visão, o investimento relevante e as políticas do sector florestal de Moçambique e apresenta a abordagem florestal inteligente adoptada pelo país, de Gestão Integrada da Paisagem. Mostra que investimentos estratégicos nos sectores de uso da terra e de floresta são necessários para reduzir a pobreza rural e garantir a gestão sustentável dos recursos naturais, particularmente de florestas.

Esta nota florestal de Moçambique serve de base de diálogo no governo, com os parceiros de desenvolvimento e outras partes interessadas sobre as prioridades da política do sector e investimentos futuros – inclusive para garantir financiamento adicional para avanços na gestão integrada da paisagem.

André Aquino, Celine Lim, Karin Kaechele e Muino Taquidir



Resumo

Moçambique tem 34 milhões de hectares (ha) de floresta natural, cobrindo 43% da sua área¹. O ecossistema florestal predominante é o miombo, que cobre cerca de dois terços da área florestal total. Outros ecossistemas florestais incluem hotspots de biodiversidade reconhecidos internacionalmente, como as florestas costeiras no Sul, florestas de montanha africanas no centro de Moçambique e florestas secas costeiras no Norte; e a segunda maior área de mangais de África.

As florestas são um importante contribuinte para a economia do país, uma fonte de emprego, renda e de subsistência nas zonas rurais de Moçambique. O sector contribuiu com cerca de US \$ 330 milhões para o PIB em 2011 e empregou directamente 22.000 pessoas (FAOSTAT, 2011). As florestas fornecem bens e serviços às comunidades locais, incluindo alimento, energia, medicamentos, materiais de construção e mobiliário. Em algumas comunidades rurais, as florestas de miombo contribuem com quase 20% do rendimento monetário familiar e 40% do rendimento de subsistência² (não monetário).

As florestas fornecem serviços de ecossistema de valor local e global. Estes incluem a regulação do clima através da captura e armazenamento de carbono, protecção das bacias hidrográficas através do controle da erosão do solo, qualidade e quantidade da água, bem como o habitat para espécies importantes a nível global, como os grandes mamíferos e espécies endémicas únicas, como o Camaleão-pigmeu de Gorongosa e o Esquilo-do-mato de Vincent. Com base no recente Inventário Florestal Nacional (IFN, 2018), o estoque de carbono acima e abaixo do solo do país totaliza mais de 5,2 bilhões de tCO₂. Esse Armazenamento de carbono é fundamental para os compromissos de mitigação das mudanças climáticas do país.

Embora as florestas de Moçambique tenham um enorme valor e potencial não realizado, estão a ser eliminadas de forma acelerada. O IFN 2018 indica que 267.000 ha de florestas foram perdidas anualmente no período entre 2003 e 2013, uma taxa histórica de desmatamento de 0,79%. Isso resultou em 40 milhões de tCO₂ emitidos anualmente, 57% do total de emissões de gases de efeito estufa dos 67 milhões de tCO₂ emitidos no país. De 2014 a 2016, cerca de 86.000 hectares de florestas foram perdidos anualmente, metade da taxa do período anterior.

As potenciais causas do desmatamento e da degradação florestal são a pobreza, o alto crescimento populacional e a procura internacional pela madeira preciosa. A pobreza rural e a pressão da população significa que as fontes alternativas de renda são limitadas, contribuindo para o uso insustentável da floresta. A conversão para agricultura de pequena escala é o principal condutor para o desmatamento, responsável por 65% da perda florestal. Os principais impulsionadores da degradação são a extração da biomassa e a exploração insustentável, algumas vezes ilegal, da madeira.

O Desmatamento e a degradação florestal contribuem com o alto custo para as comunidades locais, para a economia nacional e a para as comunidades a nível global. Com a perda de florestas, as comunidades locais perdem o acesso aos produtos florestais dos quais dependem, reduzindo a sua resiliência ao impacto climático e aos fluxos de água que as florestas regulam. A receita nacional diminui devido ao subaproveitamento dos recursos florestais: oportunidades de uso sustentável (como turismo baseado na natureza ou gestão sustentável da floresta) são reduzidas, enquanto actividades ilegais fazem com que as tão necessárias receitas do estado sejam desviadas. As comunidades em geral enfrentam a perda da biodiversidade e o impacto do aumento das emissões de GEE.

¹ Com base na definição de florestas com 30% de cobertura e um mínimo de 3 metros de altura numa área de mais de 1 hectare.

² Hedge and Bull. Socio-economics of miombo woodland resource use: a household level study in Mozambique. In: Managing the Miombo Woodlands of Southern Africa Policies, incentives and options for the rural poor (2011)



Todos os anos **220 000 ha** de florestas perdem-se entre 2003-2013 por causa do:



Figura 1: Causas do desmatamento. Fonte: Winrock and Ceagre (2016).

O Governo de Moçambique demonstra um nível de compromisso sem precedentes na redução do desmatamento e degradação florestal e na melhoria da governação florestal. A Estratégia Nacional para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal de Moçambique (REDD +) visa reduzir o desmatamento em 40% e restaurar 1 milhão de hectares de florestas até 2030.

Uma série de reformas no sector estão sendo levadas a cabo por Moçambique, incluindo a revisão da sua política e do caixa jurídico, a criação de uma nova instituição para a aplicação das leis florestais, uma moratória sobre novas concessões florestais e a proibição das exportações de madeira. Essas

reformas visam responder aos desafios enfrentados no sector e levar a uma maior sustentabilidade.

O Banco Mundial concedeu, desde 2013, um total de mais de US \$ 300 milhões em apoio a essas reformas através de investimentos, assistência técnica, estudos analíticos e pagamentos com base em resultados. O Banco Mundial procura oferecer oportunidades para os cidadãos mais pobres do país (os “*bottom forty*”) através do uso sustentável de recursos florestais, incluindo a gestão de florestas e da Fauna Bravia, da agricultura de conservação e do turismo baseado na natureza.

O Banco Mundial apoia o governo no acesso a múltiplas fontes de financiamento, incluindo financiamento climático proveniente do **Fundo de Investimentos Climáticos**, do **Fundo Global para o Meio Ambiente** e do **Mecanismo de Parceria para o Carbono Florestal (FCPF) para pagamentos baseados no desempenho**. Este encontrou também outros parceiros de desenvolvimento através da criação de um Fundo Fiduciário de Multi-doadores para gestão de Paisagens e Florestas.

O Governo de Moçambique está aplicando os investimentos do Banco Mundial na adopção de uma gestão integrada da paisagem, gerando benefícios para as comunidades locais. A abordagem de paisagem integrada implica em trabalhar em áreas geográficas extensas, compostas por várias formas de uso da terra, envolvendo diversas partes interessadas. Exige investimentos e políticas de habilitação dentro e fora do sector florestal. O objectivo é alcançar a diversificação dos meios de subsistência, a gestão florestal sustentável e a mitigação das mudanças climáticas. Os investimentos do Banco Mundial incluem a promoção de cadeias de valor sustentáveis de florestas e agricultura, a produção agroflorestal, a produção sustentável de carvão vegetal, as concessões florestais comunitárias, o turismo comunitário e as plantações florestais comerciais. Em termos de fortalecimento do ambiente propício, o Banco promove o apoio as comunidades na garantia dos direitos à terra, na reforma das concessões florestais e no fortalecimento da governação florestal e planificação do uso da terra.

Promover a gestão florestal sustentável em Moçambique requer financiamento significativo, pois implica mudança de comportamento no uso da terra de milhões de pequenos proprietários, criando incentivos entre as partes interessadas nacionais para que possam gerir as florestas de forma sustentável, ao invés de, a curto prazo extrair o máximo delas. Moçambique desenvolveu um Plano de Investimento Florestal que identifica como os recursos serão usados. Maior mobilização de recursos será necessária para a sua ampliação e réplica em outras paisagens.



Este relatório só foi possível graças às contribuições de muitos.

Gostaríamos de agradecer aos colegas da equipa do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Banco Mundial em Moçambique, da Direcção Nacional de Florestas (DINAF), do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS) do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) e do Programa das Nações Unidas para a Alimentação (FAO) pelas suas valiosas contribuições. Todas as fotos são de autoria do Banco Mundial e de Andrea Borgarello, salvo indicação em contrário.

Contents

Resumo	2
Florestas em Moçambique: Uma breve descrição	6
Florestas e Pobreza Rural Entre Comunidades Locais	7
Florestas: Comunidades Locais, Economia Nacional e Serviços Ambientais Globais	7
A Indústria Madeireira	9
Florestas e a Economia Nacional: a Indústria da Madeira e da Fauna Bravia	9
Produção e Consumo Nacional de Madeira	12
Plantações Florestais Comerciais	13
A Indústria da Fauna Bravia	14
Serviços de Ecossistemas	15
Florestas e Serviços de Ecossistemas Globais	15
Florestas, Biodiversidade e Turismo	17
Desafios e Oportunidades Actuais para Florestas em Moçambique	18
Desafios	18
Oportunidades	22
Envolvimento do Banco Mundial: Desenvolvimento Rural Sustentável através da Gestão Integrada da Paisagem	26
Recomendações de Políticas	29
Recomendações e Conclusão	29
Mobilização de Recursos	30
Conclusão	31
Caixas	
Caixa 1: Atores na Paisagem — Sector Privado	8
Caixa 2: Reflorestamento—Uso Múltiplo	12
Caixa 3: Portucel e IFC	13
Caixa 4: Parques e Vida Selvagem como Motores Económicos	14
Caixa 5: Biodiversidade Endémica nas Florestas de Moçambique	16
Caixa 6: Atores na Paisagem — Governo	20
Caixa 7: FNDS e assistência técnica através do fundo fiduciário multi-doador (MDTF)	22
Caixa 8: Reformas no Sector Florestal - MITADER	23
Caixa 9: Atores na Paisagem — Sociedade Civil	24
Caixa 10: Atores na Paisagem — Academia	25
Caixa 12: Maximizando o Financiamento para o Desenvolvimento	27
Caixa 11: Pagamentos por Redução de Emissões no Âmbito do Programa de Paisagem Integrada da Zambézia (ZILMP)	27



Florestas em Moçambique: Uma breve descrição

Definição de Floresta: 30% de cobertura florestal com uma altura mínima de 3m, que cobre uma área de mais de um ha.

O sector florestal contribui grandemente para o PIB de Moçambique. Em 2011, o sector contribuiu com cerca de US \$ 330 milhões para o PIB de Moçambique, e empregou directamente 22.000 pessoas. Em 2016, representou cerca de 13,7% do PIB.



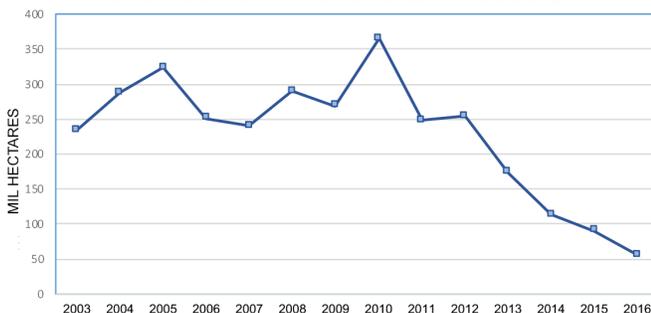
Existem duas formas de colheita comercial para florestas naturais: concessões florestais e licenças simples. Em 2017, 193 concessões florestais e 624 licenças simples foram emitidas. O corte médio anual permitido para espécies preciosas e de primeira classe em 2017 foi de cerca de 446.000m.

As florestas naturais de Moçambique cobrem uma área de cerca de 34 milhões de hectares: equivalente a 43% do território do país, estas florestas armazenam aproximadamente 5,2 biliões de tCO₂eq de carbono.

Estima-se que Moçambique possui 300.000 ha de florestas de mangal, mas de 2003 a 2013, cerca de 156 ha foram perdidos anualmente. A perda de mangal é causada pela expansão urbana e agrícola, pela erosão costeira e pela extração de produto pesqueiro e de madeira para uso comercial.

A Estratégia Nacional de REDD + de Moçambique visa reduzir o desflorestamento em 40% e restaurar um milhão de hectares de florestas até 2030. O NDC estabelece metas para reduções de emissões de gases com efeito de estufa de 23MtCO₂ de 2020 a 2024 e 53 MtCO₂ de 2025 a 2030. Uma série de reformas foram empreendidas no sector desde 2015, incluindo a revisão dos modelos de política, a criação de uma nova instituição para a aplicação da lei florestal e a proibição da exportação de toros.

Desmatamento Nacional Entre 2003-2016



O Desmatamento mostra uma tendência decrescente. De 2003 a 2013, 267.000 ha foram perdidos a cada ano, a uma taxa de cerca de 0,79%, representando 57% do total de emissões de GEE do país. De 2014 a 2016, 86.000 ha foram perdidos a cada ano, a uma taxa de cerca de 0,36%.

Figura 2 (acima): Cobertura florestal em Moçambique. Fonte: Land Use and Land Cover, MITADER (2018)

Figura 3 (esquerda): Desmatamento nacional entre 2003-2016. Fonte: MITADER (2018)



Florestas: Comunidades Locais, Economia Nacional e Serviços Ambientais Globais



Florestas e Pobreza Rural entre Comunidades Locais

A pobreza em Moçambique está concentrada nas áreas rurais e nas regiões Central e Norte. Zambézia e Nampula, duas províncias alvo do governo para programas integrados de gestão da paisagem, registam as taxas mais elevadas de pobreza (IOF-2014/2015) e elevadas taxas de perda florestal (Figura 4). A redução da pobreza e o crescimento inclusivo requerem o uso sustentável dos recursos naturais, particularmente nas regiões rurais. As florestas são um recurso fundamental para as comunidades rurais, fornecendo bens e serviços que respondam às suas necessidades e podem fomentar o crescimento de sua renda.

As florestas de miombo têm o potencial de melhorar os meios de subsistência fornecendo comida, energia, abrigo e medicamentos essenciais para as comunidades locais³. Materiais de construção, como madeira para casas, cercas, celeiros e gramíneas podem ser obtidos. Fibras naturais fornecem as matérias-primas para necessidades como cestas, cordas, roupas, redes, vassouras e esteiras. Os produtos não-madeireiros têm potencial de geração de renda. As florestas também actuam como uma rede de segurança para as populações, oferecendo acesso seguro a recursos e serviços essenciais para sua segurança alimentar.

Madeira e carvão são essenciais para as necessidades energéticas das famílias, com a biomassa representando 80% do consumo total de energia em Moçambique. A lenha é utilizada nas zonas rurais, enquanto o carvão vegetal é utilizado nas áreas periurbanas, fornecendo energia a 76% das famílias na capital de Moçambique, Maputo e Matola - centro urbano vizinho. O carvão vegetal é uma importante fonte de renda proveniente das florestas. A Estratégia Nacional de Biomassa de Moçambique (EUEI 2012) indica que a indústria de carvão gera 136.000 a 214.000 empregos para a população nas áreas rurais.

Agricultura, uma importante fonte de subsistência e uso da terra predominante nas áreas rurais, é

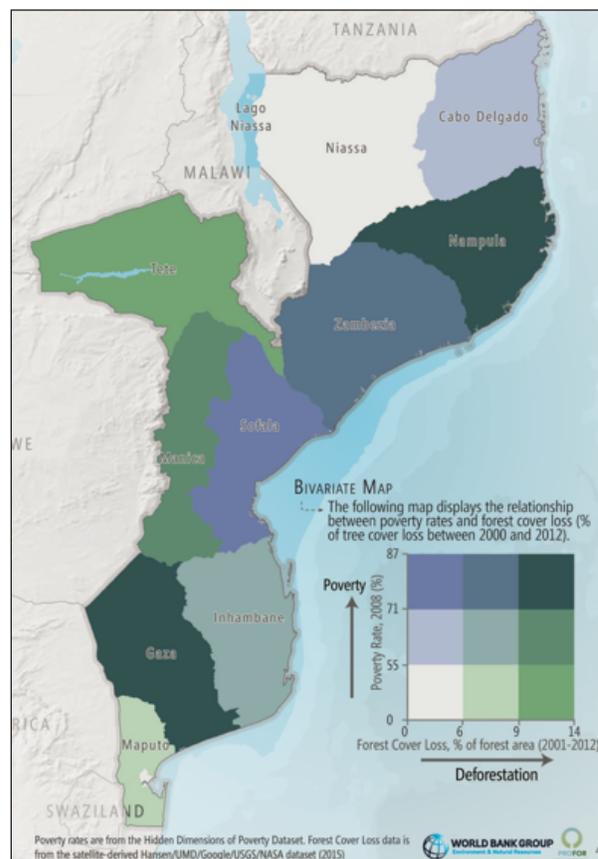


Figura 4: Mapa de pobreza e perda de cobertura florestal. As províncias de Cabo Delgado, Zambézia e Nampula são prioridades para a MITADER. As duas últimas experimentam altos níveis de pobreza e perda de florestas.

altamente dependente dos recursos naturais. Cerca de 3,9 milhões de famílias cultivam uma área de cerca de 5,1 milhões de ha (de 36 milhões de ha), praticando principalmente a agricultura de subsistência em parcelas de terra com uma média de cerca de 1,3 ha⁴. As culturas alimentares mais importantes são mandioca e milho, seguidas de sorgo e arroz. Apenas cerca de 16% das famílias rurais participam da produção de culturas de rendimento.

Cadeias de valor agrícolas podem formar a espinha dorsal de uma economia rural, pois geram empregos, aumentam a renda rural, fortalecem a segurança alimentar e facilitam uma melhor nutrição.

3 Campbell, B M et al. Miombo Woodlands—Opportunities and Barriers to Sustainable Forest Management in Observatory (2007)

4 IAI (2012) and Agriculture and Livestock Census (CAP) (2010)



A produção agrícola se beneficia de uma série de serviços ambientais gerados pelas florestas, como a manutenção de fluxos constantes de água. Práticas agrícolas sustentáveis, como a agricultura de conservação e agroflorestal, levam em conta essa interdependência e buscam aumentar a produtividade agrícola, ao mesmo tempo que fortalecem a resiliência dos recursos naturais.

Os produtos florestais não-madeireiros (PFNMs) são um recurso para a subsistência da população pobre rural. Cerca de 6.850 empresas formais e 189.000 pequenas e médias empresas informais comercializam os PFNMs, como mel, artesanato, carvão e lenha⁵. O comércio de PFNMs ocorre principalmente no sector informal através de iniciativas familiares ou comunitárias, mas é uma actividade importante na produção sustentável de bens florestais e na geração de renda. Sobra uma vasta gama de produtos que têm potencial entrada para comercialização. Um estudo na Zambézia, Nampula e Cabo Delgado descobriu uma vasta gama de 47 PFNMs com diferentes graus de necessidade de investimento, potencial de mercado e requisitos para pesquisa e desenvolvimento⁶. Estes cobrem cadeias de valor para limentos, óleos essenciais, cosméticos, construção, artesanato e produtos de higiene. Exemplos comuns são embondeiro, moringa e bambu.

A gestão de recursos naturais baseada na comunidade é uma estratégia necessária para promover os objectivos duplos de gestão sustentável dos recursos naturais e do desenvolvimento rural. A maioria das comunidades rurais de Moçambique depende dos recursos naturais para a sua subsistência. O envolvimento activo das comunidades na gestão dos recursos naturais - nas florestas, na Fauna Bravia e na pesca – tem-se mostrado uma ferramenta eficiente e eficaz para garantir a gestão segura desses recursos. São necessárias Instituições e governos locais fortes que administrem os recursos - em particular, o reconhecimento dos direitos que as

comunidades têm sobre os recursos, para que os membros da comunidade possam se beneficiar da sua administração. A segurança no acesso aos recursos permite um equilíbrio de direitos e obrigações, vinculando os benefícios do recurso à qualidade da sua gestão. Em Moçambique, os direitos da comunidade à terra e aos recursos naturais foram fortalecidos através da delimitação de terras comunitárias. A partir de 2017, cerca de 1.020 comunidades foram delimitadas e cerca de 500.000 licenças de uso individual de terras (DUATs) foram emitidas⁷.

Caixa 1: Actores na Paisagem — Setor Privado

As empresas privadas no sector florestal são predominantemente pequenas e médias empresas (cada uma empregando menos de 50 pessoas), o que corresponde por 95% das empresas do sector formal e 99% das operações do sector informal. As empresas florestais operam em diferentes estágios da cadeia de valor da madeira. Há produtores de madeira, processadores primários (serrarias) e processadores secundários (como oficinas de carpintaria, fábricas de móveis).

Empresas florestais nacionais e internacionais operam em Moçambique. Por exemplo, a Obtala Limited é uma grande empresa internacional operando na província de Zambezia e tem um memorando de entendimento assinado com O FundInvest SA, uma empresa estatal, para a exportação de madeira. Existem cerca de 120 empresas chinesas operando em todo o país, incluindo concessionárias e comerciantes. As empresas nacionais maiores incluem a Levasflor e a TCT Indústrias Florestais. Essas empresas tendem a ter cadeias de valor mais integradas, incorporar a sustentabilidade em suas operações e engajar-se em iniciativas além da madeira que envolvem as comunidades locais. Levasflor é a única empresa certificada pelo Forest Stewardship Council (FSC) no país. Pequenas empresas nacionais tendem a se concentrar em ganhos de curto prazo, com pouca consideração pela sustentabilidade integrada em sua gestão.

Os operadores florestais são organizados em associações de vários níveis, embora o sector não esteja suficientemente consolidado para que as associações sejam efetivas. A nível nacional, a Associação Moçambicana de operadores madeireiros (AMOMA) engaja frequentemente com o governo.

⁵ Nhandale, B. et. al, Pequenas e médias empresas florestais em Moçambique, IIED (2009)

⁶ Avaliação da cadeia de valor dos produtos florestais não madeireiros nas províncias da Zambézia, Nampula e Cabo Delgado, Moçambique, PhytoTrade (2016)

⁷ MITADER (2018)



Florestas e a economia nacional: a Indústria da Madeira e da Fauna Bravia

A Indústria Madeireira

A nível nacional, as florestas são um importante contribuinte para a economia, através da geração de renda e emprego, bem como de importantes matérias-primas para impulsionar o crescimento e desenvolvimento de Moçambique. Em 2011, o sector florestal contribuiu com cerca de US \$ 330 milhões para o PIB de Moçambique e empregou directamente 22.000 pessoas. Em 2016, o sector contribuiu com cerca de 13,7% para o PIB de Moçambique.

O Banco Mundial fez uma análise global em 2018 sobre a importância de vários tipos de riqueza - capital produzido, capital humano e capital natural - para a economia de um país⁸. Em Moçambique, o capital natural renovável - isto é, riqueza proveniente de recursos renováveis - constitui a maior componente da riqueza nacional. Isso significa que os recursos naturais renováveis, como florestas, áreas protegidas e terras cultiváveis, são activos significativos que podem sustentar o crescimento e acumulo de riqueza a longo prazo, se geridos de forma sustentável. Outras fontes de capital natural incluem recursos não renováveis, como combustíveis fósseis e minerais.

Dos recursos naturais renováveis que Moçambique possui, as florestas são o segundo maior contribuinte para o capital natural, depois das terras agrícolas. A Figura 5 mostra que o capital natural das florestas constituiu ao longo do tempo, uma parcela menor do total, devido ao maior crescimento da riqueza proveniente de outros recursos, especialmente de terras agrícolas. No entanto, o valor absoluto do capital natural da floresta aumentou ao longo do tempo, mostrando que continua sendo um recurso para o país.

A madeira de alta qualidade de Moçambique é valorizada nos mercados internacionais, mas

recentemente foi exportada principalmente para o mercado chinês. As exportações são feitas em forma de toras (74% das exportações madeira em 2013), seguidas por madeira serrada (21% nas exportações de madeira), maquinaria pesada para colheita e transporte de toros e nas instalações exigidas pelo regulamento para concessionárias florestais. Moçambique tem cerca de 200 serrações, das quais 47% são complementadas por carpintarias artesanais⁹. Cerca de 90% das exportações de madeira foram para a China em 2013. O mercado de exportação é dominado por empresas chinesas e é altamente seletivo, com foco em: Dalbergia Melanoxylon (pau preto); Pterocarpus Angolensis (umbila); Afzelia Quanzensis (chanfuta) e Millettia Stuhlmannii (jambira). No mercado interno, aceita-se uma gama ligeiramente mais ampla de espécies, embora ainda seja dada preferência às espécies preciosas.

Chanfuta, umbila e jambira são as espécies mais utilizadas, sendo 85% da madeira utilizada no consumo interno, seguida de metonha, metil, messassa, missanda e messinge¹⁰, no entanto, mais de 100 espécies estão listadas como tendo potencial para madeira comercial. A média de Corte Anual Adimicível (CAA) para espécies preciosas e de primeira classe em 2017 foi de cerca de 446.000 m³, com base no recém-concluído Inventário Nacional de Florestas¹¹.

Atualmente existem duas formas de colheita comercial para florestas naturais: concessões florestais e licenças simples. O número de operadores florestais varia anualmente. Em 2017, 193 concessões florestais e 624 licenças simples foram emitidas¹². As concessionárias licenciadas têm o direito de colher e transportar madeira de acordo com o CAA especificado no plano de manejo aprovado. O manejo da madeira varia consideravelmente com

⁸ A mudança nas riquezas das nações 2018: Construindo um futuro sustentável.

⁹ Global Development Solutions (2016)

¹⁰ Avaliação do volume colhido e da extração ilegal de madeira nas florestas moçambicanas, Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal (FAEF), Universidade Eduardo Mondlane (2013)

¹¹ Relatório NFI, DINAF, 2018

¹² DINAF, 2017and

relação à área licenciada para as concessionárias florestais. A área produtiva real pode variar de 50% a 90% de toda a área de concessão. Da mesma forma, o CAA varia substancialmente, mas geralmente é muito baixo (<0,2 m3 / ha por ano), refletindo a baixa densidade da floresta de miombo.

Os investimentos em ativos e infraestrutura variam entre os dois tipos de licença, com as concessionárias florestais usualmente investindo mais substancialmente em maquinário pesado para colher e transportar toras, e nas instalações requeridas somente pela regulamentação para concessionárias florestais. Moçambique tem cerca de 200 serrarias, das quais 47% são complementadas por carpintarias artesanais.¹³

As operações florestais sustentáveis não são financeiramente viáveis sob as condições actuais de mercado e por causa da ilegalidade no sector, com incentivos limitados para a integração de medidas de sustentabilidade, como a silvicultura, o reflorestamento ou processamento de valor acrescentado. Práticas insustentáveis permanecem lucrativas, portanto, há pouco incentivo na melhoria da gestão da madeira ou no aumento do valor do recurso local. A análise económica da cadeia de valor da madeira confirmou que existe lucro líquido ao longo de toda a cadeia de valor, com preços variando apenas por produto e ponto de venda, estimado em US \$ 32 / m3 na floresta, US \$ 44-81 / m3 de madeira serrada para o mercado interno, e US \$ 61 – 115 / m3 de madeira serrada para o mercado de exportação¹⁴. Isso mostra que é igualmente lucrativo vender toros de madeira a serrarias ou vender madeira serrada, desencorajando assim os operadores de realizar qualquer processamento.

Este cenário de lucro é baseado no caso comumente da norma de que nenhum custo está sendo incorrido para tratamentos florestais ou para outras práticas que poderiam aumentar a sustentabilidade da operação.

Melhorar a sustentabilidade do sector exigirá intervenções em três áreas: fortalecimento do ambiente favorável; apoio as práticas de gestão melhoradas; e desenvolvimento de cadeias de valor e mercados para uma nova gama de produtos. A capacidade do governo precisa ser fortalecida para monitorar os padrões e regulamentações de gestão florestal (e garantir que estes sejam implementados), para reduzir a extração ilegal de madeira (e qualquer concorrência desleal associada) e para rever o sistema de licenciamento (incluindo os sistemas de 'cadeia de conservação').

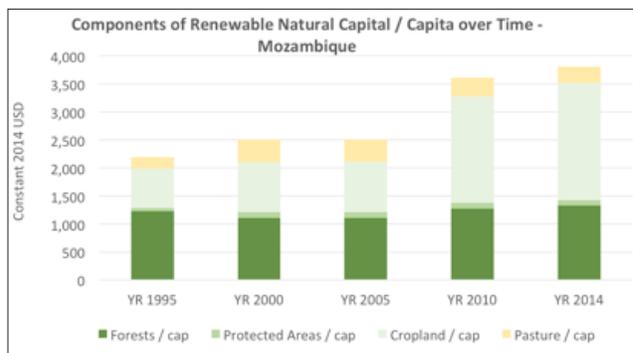
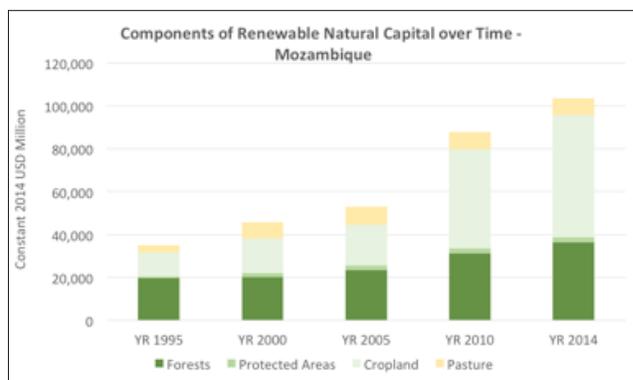


Figura 5: O valor do capital nacional em Moçambique entre 1995 e 2014

A planificação de longo prazo deve determinar áreas para usos específicos, como unidades de conservação, reservas florestais nacionais e aquelas disponíveis para licenciamento comercial. Os volumes de colheita precisam ser licenciados com base em rendimentos sustentáveis e nas projeções feitas para estoques futuros, que devem ser verificados com a melhor ciência disponível. Práticas de gestão florestal sustentável, que poderiam ser certificadas por terceiros, precisam ser promovidas, e as operadoras privadas precisam receber incentivos e apoio técnico para a sustentabilidade, bem como incentivos para agregação de valor.

As decisões de gestão do sector privado precisam ser baseadas em dados e na planificação sólida, maximizando a utilização da floresta e a integração de práticas florestais. Cadeias de valor e mercados novos e viáveis devem ser explorados para produtos com valor agregado e madeira certificada. Pesquisas para uma gama mais ampla de espécies, actualmente não consideradas comercializáveis, podem ser realizadas. Novos mercados para madeira certificada também devem ser explorados. Isso ocorre porque o investimento para agregar e infraestrutura pode sustentar ou mesmo elevar a sua rentabilidade, apesar dos custos adicionais envolvidos, se estes forem acompanhados de conhecimento técnico, de acesso ao financiamento e do desenvolvimento

13 Global Development Solutions (2016)

14 UNIQUE (2016)

TIPO	QUANTIDADE	DETALHES
Licença Simples	624	<p>Duração 5 anos Área <10.000 ha Requisitos</p> <ul style="list-style-type: none"> Só nacionais moçambicanos Plano de Maneio Florestal (PMF) simples <p>Produção</p> <ul style="list-style-type: none"> Madeira: 500m³/ano Carvão vegetal: 1.000 sacos/ano (independentemente do tamanho)
Concessão Florestal	193	<p>Duração 25-50 anos, renovável Área >10.000 ha Requisitos</p> <ul style="list-style-type: none"> PMF aprovado pelo Governador da Província (<20.000ha) ou a Direcção Nacional de Florestas (>20.000) e renovada periodicamente Requer capacidade comprovada de processamento da madeira (por exemplo serração) <p>Produção</p> <ul style="list-style-type: none"> Madeira de acordo com o PMF Carvão não é permitido

Figura 6: Detalhes das licença simples e concessão florestal em Moçambique. Fonte: DINAF (2017)

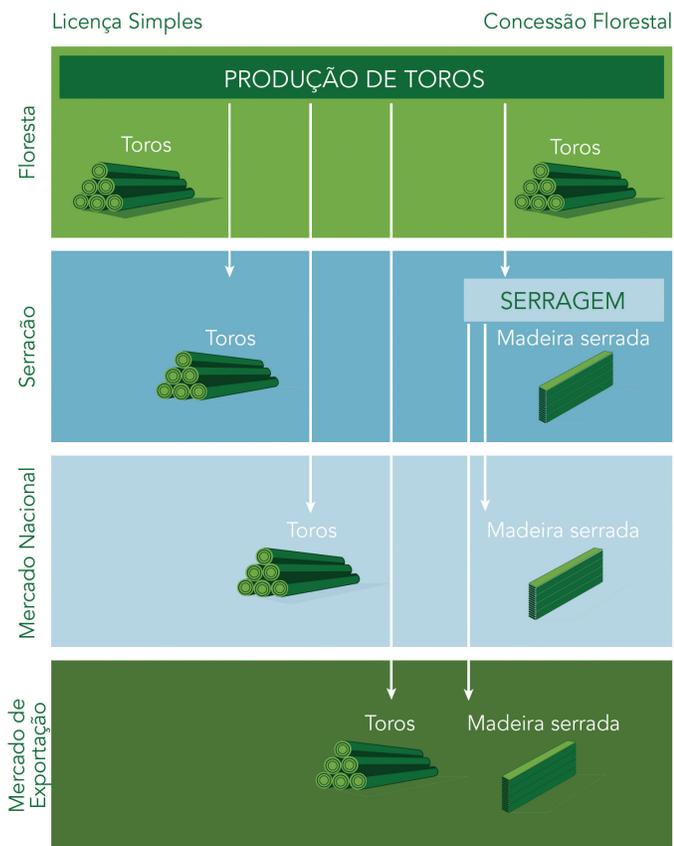


Figura 7: Correntes de valor atual da madeira. Fonte: Adaptado da UNIQUE (2016)

de mercado. Conforme mostra a Figura 7, o actual sistema de produção de madeira é limitado em termos de tipos de produtos e destinos de exportação, com pouco investimento sendo feito nos locais de processamento para os produtos de madeira de valor elevado.

Em termos de volume de madeira utilizada, o carvão vegetal é provavelmente o produto mais importante das florestas moçambicanas. A cadeia de valor do carvão é altamente importante para as comunidades locais, embora o negócio de carvão vegetal seja em grande parte informal - apenas cerca de 5% do sector de carvão vegetal é considerado forma¹⁵. Quando as taxas de licença e o imposto de reforestamento do governo não são pagas, a receita líquida para uma tonelada de carvão varia de cerca de US \$ 5-21, se o ponto de venda estiver ao longo de uma estrada florestal ou mais distante de um centro urbano.

Por lei, os produtores de carvão, transportadores ou grossistas são obrigados a ter uma licença. Para os produtores, isso custa cerca de US \$ 1 por saco de 70 kg produzido, e um único produtor pode legalmente produzir um máximo de 1.000 sacos por ano, gerando uma renda anual total de até US \$ 1.000 em carvão vegetal.

A maioria dos produtores, no entanto, não possui licenças e opera informalmente. A produção é expandida e descentralizada, e a aplicação até mesmo do número limitado de regras em vigor dificilmente ocorre. Os transportadores são mais propensos a ter licenças, pois o movimento de camiões é mais fácil de ser controlado pelas autoridades do governo, principalmente através de postos de controle nas estradas. Transportadores sem licença ou aqueles que transportam volumes de carvão excedendo os volumes permitidos são multados em cerca de US \$ 667 por carga.

As actuais cadeias de valor de carvão são, portanto, inadequadamente controladas e insustentáveis, e um dos principais impulsionadores da degradação florestal. Espécies de árvores de primeira, segunda e terceira classe, proibidas por lei, são frequentemente cortadas.

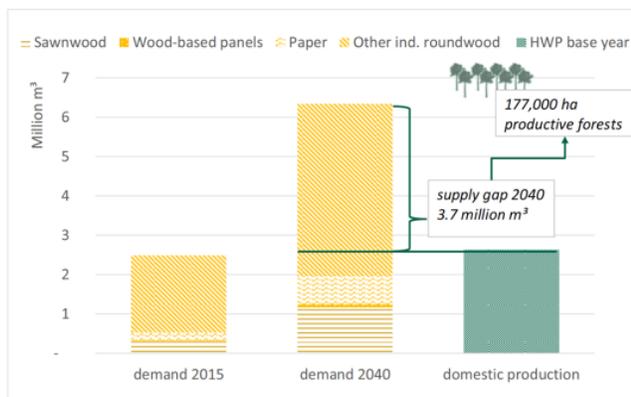


Figura 8: Expected demand for harvested wood products in 2040 and the corresponding productive forest area needed. Source: Harnessing the Potential of Productive Forests and Timber Value Chains for Climate Change Mitigation and Green Growth: Opportunities for Private Sector Engagement, UNIQUE (2016)

Produção e Consumo Nacional de Madeira

O volume de madeira licenciado duplicou de 130.000 m³ em 2015 para quase 250.000 m³ em 2017¹⁶. Esses números indicam a tendência crescente da extração de madeira e não incluem volumes extraídos ilegalmente, estimados em cerca de seis vezes o volume licenciado.¹⁷ Vale salientar que o maior número de licenças é emitido nas províncias de Cabo Delgado, Zambézia, Tete e Sofala.

O consumo interno de madeira é estimado em cerca de 257.000 m³ / ano, valor próximo ao volume licenciado em 2017. Os mercados de madeira locais estão se expandindo, com a indústria de construção civil em rápido crescimento e a expansão da rede eléctrica como os maiores consumidores de madeira do país. A actual provisão nacional de madeira é insuficiente para dar resposta a essas crescentes necessidades, tornando necessária a importação de postes para linhas de transmissão e madeira para construção. Como a maior parte da madeira produzida é exportada em toras (não em postes), a maioria dos produtos florestais processados e consumidos em Moçambique é importado.

O consumo interno de madeira processada é composto principalmente por importações da vizinha África do Sul e de Portugal. Em 2013, Moçambique importou US \$ 16 milhões em placas, painéis,

Caixa 2: Reflorestamento—Uso Múltiplo

O governo de Moçambique está a promover o reflorestamento para uso múltiplo. A estratégia nacional de reflorestamento (2009) identifica o papel do reflorestamento para a energia, conservação e uso da Comunidade. Moçambique assinou a iniciativa de restauro paisagístico da floresta africana (AFR100), uma iniciativa regional de restauro de terras e comprometeu-se a restaurar 1 milhão ha de terras degradadas. Em junho de 2018, o Ministério da terra, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) finalizou uma avaliação baseada na metodologia de avaliação de oportunidades de restauração (ROAM)¹⁹ nos 10 distritos de Nampula e Zambezia, alvo do projeto sustenta. A avaliação resultou na priorização de cerca de 995.019 ha em Nampula e 644.942 ha em Zambezia para restauração.

Os resultados demonstram que cerca de 60% do compromisso do NDC de Moçambique com a CQNUAC poderia ser alcançado em sete anos se a restauração paisagística se realizasse nas áreas de intervenções sugeridas. A análise mostrou que novas plantações florestais oferecem mais oportunidades de emprego e maior potencial de sequestro de carbono, enquanto a agro silvicultura e a reabilitação florestal natural geram um nível mais alto de emprego, mas potencial de sequestro de carbono médio. O MITADER promove a restauração florestal por meio de assistência técnica e a provisão de insumos para os agricultores emergentes como condição para obter acesso a subsídios equivalentes para o desenvolvimento da cadeia de valor. Ele também está a fazer pagamentos baseados em desempenho para o desenvolvimento de plantações sustentáveis por pequenos e médios produtores.

compensados e painéis de teto; US \$ 9 milhões em compensados e laminados; US \$ 8,5 milhões em portas e esquadrias; US \$ 6 milhões em placas de partículas; e US \$ 5 milhões em caixas e paletes, especialmente em papel, partículas de madeira, contraplacado e outros equipamento.¹⁹

A lacuna no fornecimento de produtos de madeira continua a crescer. Análises preveem que o consumo de produtos de madeira cortada por parte de Moçambique (madeira serrada, painéis à base de madeira, papel / cartão e madeira industrial em tora) crescerá de 2,4Mm³ em 2014 para 6,3Mm³ em 2040. A lacuna no fornecimento de madeira industrial projectada é de 3,7 Mm³ por 2040 (Figura 8).²⁰ Essa dinâmica destaca a oportunidade de se melhorar

¹⁶ Relatório da DINAF (2017)

¹⁷ Avaliação das perdas de receitas devido a exploração e comércio ilegal de madeira em Moçambique no período 2003 – 2013, WWF (2015)

¹⁸ Mais informações sobre a ROAM: <https://www.iucn.org/theme/forests/our-work/forest-landscape-restoration/restoration-opportunities-assessment-methodology-roam>

¹⁹ Global Development Solutions (2016)

²⁰ Uma análise histórica de 10 anos sobre o consumo de madeira, crescimento populacional e PIB do sector industrial resultou em factores de correlação usados para a projecção do consumo de produtos a base de madeira até o ano de 2040. Os pressupostos políticos foram quantificados para se desenvolver um cenário de crescimento ecológico para o consumo de produtos de madeira até 2040. Fonte: Harnessing the Potential of Productive Forests and Timber Value Chains for Climate Change Mitigation and Green Growth: Opportunities for Private Sector Engagement. UNIQUE (2016)

a capacidade de produção do país, a qualidade de seus produtos florestais naturais e seu potencial para plantações comerciais, o que pode reduzir a pressão actualmente exercida sobre florestas naturais e ajudar a dar resposta as necessidades internas em produtos madeireiros.

Caixa 3: Portucel e IFC

A Portucel está a fazer o maior investimento único nas zonas rurais de Moçambique. A empresa tem uma área licenciada (DUAT) de cerca de 356.000 ha, dos quais em 246.000 ha espera-se ser plantada. A Portucel está a desenvolver plantações de eucalipto em uma paisagem de mosaico de blocos florestais intercalados com casas, campos agrícolas, áreas de conservação de alto valor e terrenos para outros usos protegidos. A primeira fase do investimento recebeu cerca de US \$32,0 milhões em financiamento do IFC, incluindo o custo dos serviços de consultoria focados em seu programa de desenvolvimento comunitário que abrange 6.000 domicílios e 115 comunidades. A empresa plantou 13.200 ha até agora, e enfrentou desafios para acessar mais terrenos e expandir a área plantada. A empresa está agora a olhar para outros modelos de negócio, incluindo fomento Esquemas.

Plantações Florestais Comerciais

O sector de plantação em Moçambique é promissor e foi identificado pelo governo como uma área focal para o desenvolvimento económico. A Estratégia Nacional de Reflorestamento visa recuperar um milhão de hectares até 2030. Estima-se que 3,5 milhões de hectares sejam considerados adequados para plantações florestais nas áreas centro e norte do país²¹.

Moçambique tem condições adequadas para expandir o florestamento de plantações polivalentes, incluindo uma crescente necessidade em produtos florestais e a disponibilidade de terra. Aumentar a área de plantação florestal do país dos actuais 60.000 ha para mais de um milhão até 2030 teria o potencial de criar 250.000 empregos e produzir US \$ 1,5 bilhões em produtos manufacturados.²²

Moçambique está bem posicionado para abastecer os mercados dos países vizinhos da África Austral e Oriental e tem uma vantagem comparativa para aceder aos principais mercados da Ásia.

No entanto, as condições-chave para investimento - custos de produção, acesso aos mercados e ambiente favoráveis - precisam ser melhoradas para aumentar o clima de negócios e a competitividade do sector. Os custos de produção são afectados pelo potencial de crescimento, acesso à terra e a disponibilidade de mão-de-obra. As condições naturais, climáticas e geográficas levam a uma baixa produtividade por ha: 20 a 35 m3 por ha por ano, menor do que na vizinha África do Sul e muito abaixo do que as taxas mais altas alcançadas na América Latina. As taxas de crescimento podem, no entanto, ser aumentadas através de uma pesquisa adequada. Uma elevada procura interna, ainda em crescimento, por produtos madeireiros oferece oportunidades no mercado interno, mas é preciso criar um ambiente para permitir que o setor produza a custos internacionalmente competitivos.

A Relação entre Empresas de Gestão x Comunidade é um desafio - as empresas precisam passar por longas e intensas negociações com as comunidades para conseguir uma licença de uso da terra e os procedimentos correctos para o efeito permanecem frágeis e precisam de orientação governamental.²³ Os investidores reflectem sobre a necessidade de clareza sobre as regras de conversão florestal, sobre os direitos das empresas ao acesso à terra e sobre o processo de obtenção de uma licença ou DUAT. Esses riscos relacionados com a terra desencorajam os investidores.

Moçambique precisa de mão-de-obra qualificada e de tecnologias adequadas. Desenvolver um sector próspero de florestas plantadas é um longo processo de colaboração que exigirá contribuição e compromissos de todas as partes interessadas: o sector público para melhorar o ambiente e a estrutura para investimentos; e os actores do sector privados, incluindo pequenos produtores, para fornecerem o capital para investimento.

A Portucel e a International Finance Corporation, parte do Grupo Banco Mundial, colaboram com o Governo de Moçambique e o Banco Mundial através do plano de concessão de florestas plantadas no âmbito do Projecto de Investimento Florestal de Moçambique, em particular na concepção de modelos de assistência técnica para produtores integrados.

21 Estratégia Nacional de Reflorestamento, MITADER (2009)

22 Estratégia Nacional de Reflorestamento, MITADER (2009)

23 Improving the Business Climate for Planted Forests in Mozambique, UNIQUE (2016)



Caixa 4: Parques e Vida Selvagem como Motores Econômicos

O potencial de geração de renda direta para comunidades de vida selvagem em Moçambique pode obter inspiração da Namíbia e do Zimbábue, dois países que têm tido grande sucesso em programas de gestão da vida selvagem na Comunidade.

Na Namíbia, empresas de propriedade comunitária e joint ventures, particularmente no turismo e na caça, têm sido altamente rentáveis. A renda total em dinheiro e os benefícios em espécie gerados nas conservâncias comunitárias cresceram de menos de US \$90.000 em 1998 para US \$10 milhões em 2016. Nesse período, a conservação da Comunidade contribuiu com US \$500 milhões para a renda nacional da Namíbia.

No Zimbábue, o programa CAMPFIRE tem aumentado a receita direta para as comunidades desde a sua criação em 1989. A fogueira gerou cerca de US \$12 milhões de 2009 a 2016, com comunidades recebendo US \$6,4 milhões, cerca de 54% do total.

A Indústria da Fauna Bravia

Embora o potencial da indústria da Fauna Bravia em Moçambique não tenha sido totalmente explorado, pode muito bem beneficiar a conservação, as comunidades locais e a economia nacional.

O uso sustentável da Fauna Bravia através de actividades como caça de troféus, venda da caça e turismo podem levar à valorização mais alta das florestas como habitat e, assim, incentivar a sua protecção enquanto fonte de postos de trabalho e de geração da renda para as comunidades locais envolvidas na gestão dos recursos da Fauna Bravia. A economia da Fauna Bravia pode se tornar uma área de crescimento significativa para a economia nacional (Figura 5 e Caixa 4).

Moçambique possui 11 concessões de caça (coutadas) e uma série de fazenda, na sua maioria administradas privadamente ou através de acordos de parceria entre o governo, operadores privados e as comunidades. Essas áreas podem

ser desenvolvidas em empresas geridas pela comunidade, com fortes parcerias oferecendo oportunidades para múltiplos benefícios da Fauna Bravia.



Acima: observar as tartarugas marinhas é uma actividade turística popular ao longo da costa de moçambique



Acima: um elefante emerge da floresta, no centro de moçambique



Florestas e Serviços de Ecosistemas Globais



Serviços de Ecosistemas

Moçambique é ricamente dotado de recursos naturais. De uma área total de 80 milhões de hectares, 36 milhões de hectares são de terras aráveis e 34 milhões de hectares são florestas naturais, dos quais 17 milhões de hectares são classificados como florestas produtivas.

Estas cobrem uma variedade de ecossistemas florestais, incluindo as florestas costeiras no sul de Moçambique, florestas de montanha no centro de Moçambique e florestas secas das zonas costeiras no norte de Moçambique.

As florestas de miombo representam o ecossistema florestal mais extenso em Moçambique, compreendendo cerca de dois terços das terras florestais do país. O miombo é o tipo de floresta dominante em várias províncias centrais e do norte, que inclui Zambézia, Nampula e Cabo Delgado, onde a maioria da população pobre de Moçambique habita e depende das terras florestais para as necessidades básicas.²⁴

As florestas fornecem serviços eco sistêmicos significativos de valor global, incluindo o armazenamento e a captura do carbono. Por causa da sua ecologia única, o potencial de mitigação climática da floresta de miombo tem significado a nível global. Dominado por espécies dos géneros *Brachystegia*, *Julbernardia* e *Isoberlinia*, o miombo cresce lentamente devido às baixas taxas de absorção de nitrogênio e fósforo (principalmente por causa da humidade do solo, resultante da chuva) com a produção primária líquida entre 900 e 1.600 g m² por ano.

Miombo resiste à perda de humidade e suas folhas têm alto teor de tanino. Isso restringe o consumo por parte de herbívoros; apenas ungulados como

elefantes, podem processar o material. A menos que seja completamente arrancado, o miombo se regenera prontamente copulando de tocos e porta-enxertos após perturbação. Devido os incêndios da estação seca que queimam um terço da paisagem do miombo em média todos os anos, essa resiliência

é excepcional.²⁸ Por essa razão, as florestas podem actuar como um reservatório de carbono estável. As florestas de miombo constituem importantes reservatórios de carbono acima e abaixo do nível do solo (com um total de 227 (tCO₂) / ha²⁹ de dióxido de carbono). O estoque total de carbono acima e abaixo do nível solo em Moçambique é estimado em mais de 5,2 bilhões de tCO₂.³⁰

Esse reservatório de carbono é fundamental para os compromissos de mitigação das mudanças climáticas do país. As florestas reduzem a probabilidade e o efeito de desastres naturais, como foi documentado na bacia do rio Licungo (Zambézia). Assim, florestas bem geridas podem aumentar a resiliência das comunidades locais aos riscos climáticos.

As florestas desempenham um papel importante na regulação do abastecimento de água natural, mantendo o fluxo e a qualidade da água, além de proteger a terra da erosão do solo. Visto que a maioria das principais bacias hidrográficas de Moçambique estão localizadas ou tem suas nascentes nas florestas, a hidrologia sustenta a produtividade agrícola real e potencial do país e aumenta a capacidade de adaptação das comunidades rurais aos factores que afectam o clima, como secas e inundações. As florestas têm um papel fundamental ao filtrar a água que entra nos rios, mantendo portanto, a qualidade e quantidade da água.

24 The Earth Scan Forestry Library. The Dry Forests and Woodlands of Africa. Ed. Chidumayo, E N and D J Gumbo, London: Earth Scan Publishing (2010)

25 The discovery, biodiversity and conservation of Mabu forest—the largest medium-altitude rainforest in southern Africa, Bayliss et. al., *Oryx*, 48(2), 177–185 (2014)

26 Mozambique: the secret rainforest at the heart of an African volcano, *The Guardian*, 17 June 2018

27 Coastal dry forests in northern Mozambique, Timberlake et. al, *Plant Ecology and Evolution* 144 (2): 126–137 (2011)

28 Scholes, M C and M O Andrae

29 Study on the Zambezia Integrated Landscape Management Program, EtcTerra (2016), Figuras being updated.

30 From Linha de Referência, Monitoria, Relatório e Verificação para o REDD+ em Moçambique, Siteo et al. 2013, baseado no inventário nacional de florestas, uso de calculo IPCC Tier 1

Estima-se que Moçambique possui 300.000 ha de mangais³¹, sendo 28% deles no Delta do Zambeze, constituindo a maior área de mangal da África e a 13ª a nível Mundial³². Os Mangais possuem uma diversidade de vida marinha tem um papel vital como um viveiro altamente produtivo para peixes e camarões, sendo cultivado por comunidades costeiras para subsistência e lucro³³. Cerca de 850.000 famílias, ou 20% da população, dependem da pesca como parte de sua renda, e o emprego no sector aumentou em 260% desde 2002, em parte devido ao desenvolvimento do processamento e da comercialização.

O peixe é uma componente chave da cesta alimentar moçambicana, correspondendo a 27% do consumo de proteína. Os mangais melhoram os ecossistemas vizinhos, como os recifes de coral e as pradarias de algas marinhas, oferecendo oportunidades para o ecoturismo. No entanto, as florestas de mangue estão sofrendo perdas: até 2010, houve perda de Mangais, mas com aumento na cobertura de Mangais registrada desde 2010. Entre 2003 e 2013, cerca de 156 ha foram perdidos anualmente³⁴. A perda de mangal é causada pela expansão urbana e agrícola nas áreas, pela erosão costeira e pela extração de recursos pesqueiros e madeireiros para uso comercial.

Os ecossistemas florestais são hotspots de biodiversidade internacionalmente reconhecidos e habitat para uma variedade de plantas e animais, incluindo aves e grandes mamíferos terrestres, alguns dos quais estão em perigo e são endêmicos em Moçambique. No entanto, o número de espécies selvagens, como os elefantes, reduziu e continua sob ameaça da caça furtiva. Ao mesmo tempo, à medida que os humanos se aproximam dos habitats dos elefantes, o risco de conflitos homem e fauna bravia aumenta, ameaçando ainda mais o seu número.

Caixa 5: Biodiversidade Endêmica nas Florestas de Moçambique—Florestas Afro-Montane Mabu e Lico e Florestas Costeiras do Norte de Moçambique

Expedições científicas ao Mt. Mabu, uma montanha no norte de Moçambique levou à descoberta de um bloco de 7, 880 ha de floresta tropical conservada de um tipo não representado em outro lugar. Dez novas espécies (plantas, mamíferos, répteis e borboletas) foram descobertas, com base em levantamentos biológicos feitos em apenas 20% da floresta. Portanto, espera-se que com mais investigação mais espécies serão encontrados.

Mt Mabu é um local importante para aves raras e suporta uma variedade de espécies endêmicas e de gama restrita. As florestas no Monte Mabu armazenam quantidade significativa de carbono florestal.²⁶ Em 2018, uma floresta tropical em uma cratera vulcânica do monte Lico foi explorada pela primeira vez, levando à descoberta de novas espécies de plantas e animais.²⁷

As florestas costeiras da África Oriental estendem-se ao longo da costa do Oceano Índico da Somália para Moçambique. A maior extensão remanescente delas são encontradas em Moçambique e são considerados pela Conservation International como um HotSpot de biodiversidade global. Esta área de alta diversidade e endemismo está sendo colocada em ameaça crescente.

Um estudo realizado em Cabo Delgado, em 2011, concluiu que a alta proporção de espécies restritas, a extensão limitada das manchas florestais e o aumento da ameaça à área, mostram que essas florestas merecem preocupação de Conservação Internacional.²⁸

Uma resposta de conservação em nível de paisagem ou ecossistema é necessária para garantir toda a gama de tipos e espécies florestais.

Abaixo: Zebra caminhando em direção à floresta na Reserva Especial de Maputo no sul de Moçambique.



31 NFI, MITADER (2018)

32 Status and distribution of mangrove forests of the world using earth observation satellite data. *Global Ecol. Biogeogr.*, 20,154159. Giri et al. Giri, C., Ochieng,

E., Tieszen, L.L. (2011) and Landscape-scale extent, height, biomass, and carbon estimation of Mozambique's mangrove forests with Landsat ETM+ and shuttle radar topography mission elevation data, *Journal of Geophysical Research*, 113: G02S06, Fatoyimbo, T. E., M. Simard, R. A. Washington-Allen & H. H. Shugart (2008)

33 World Wide Fund for Nature (WWF). East African Mangroves in The Global 200: The most outstanding and representative areas of biodiversity (2017).

34 Análise de Dados de Actividade Histórica em Moçambique, MITADER (2018)

Florestas, Biodiversidade e Turismo

Em Moçambique existe uma conexão muito forte entre o potencial do turismo, as perspectivas de alívio da pobreza e a conservação da biodiversidade - para as quais as florestas são fundamentais. A indústria de viagens e turismo de Moçambique é a terceira maior no sector de investimento do país, contribuindo com 3,2% do PIB em 2013, mas deverá crescer exponencialmente, com o país sendo um dos dez destinos de mais rápido crescimento para viagens de lazer entre 2016 – 2026, e as visitas poderão aumentar em 8% ao ano. A indústria depende muito de sua rica base de recursos naturais e, como o turismo baseado na natureza (conhecido como NBT) prevê-se que seja uma das maiores áreas de crescimento do turismo a nível mundial nas próximas décadas, o sector é considerado uma prioridade económica para Moçambique. O turismo baseado na natureza poderá contribuir mais para o PIB, impulsionando as receitas fiscais e de exportação, oportunidades de emprego para a população rural, renda para as comunidades envolvidas na cadeia de fornecimento e benefícios indiretos através do consumo de renda direta.

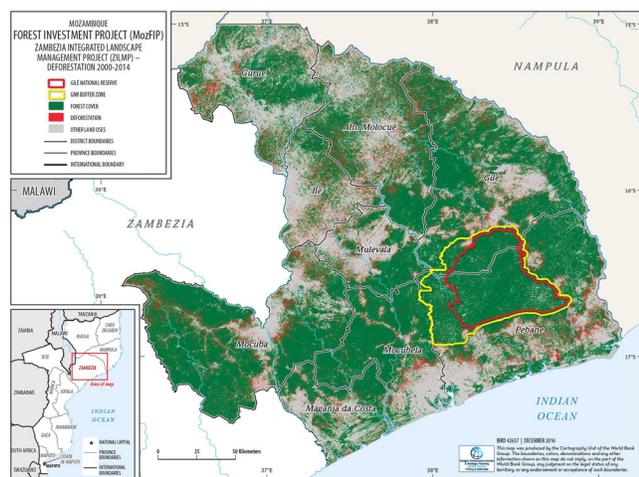
Moçambique é coberto por uma rede de Áreas de Conservação (ACs³⁵) que formam 25% de sua superfície terrestre e das quais as florestas são uma componente essencial. As Áreas de Conservação constituem um recurso único em termos de biodiversidade, serviços ecossistêmicos e de apoio aos meios de subsistência de muitas comunidades rurais que vivem nessas paisagens. Esta rede de ACs representa uma clara vantagem comparativa para Moçambique desenvolver o turismo baseado na natureza, o que pode ajudar o país a ter retornos económicos através da sua rica biodiversidade e, finalmente, garantir a preservação dos activos naturais dos quais a indústria depende, apoiando

na sustentabilidade financeira da gestão das ACs e gerando benefícios para os a população pobre.

O turismo baseado na natureza está potencialmente ligada à redução da pobreza, pois gera empregos com uso intensivo da mão-de-obra e contribui frequentemente para a igualdade de género com uma maior percentagem de mulheres empregadas. Pode também criar novas oportunidades de mercado para produtores locais, a procura por insumos produzidos localmente e possibilidades de diversificação não agrícola.

Baseia-se em activos ligados a comunidades locais, de modo que uma compensação adequada pela protecção desses activos naturais sirva como uma rede de segurança para algumas das comunidades mais pobres da sociedade. Além disso, as ACs podem ser uma estratégia eficaz para a protecção das florestas, como no caso da Reserva Nacional de Gilé: o desmatamento dentro da Reserva foi menor em relação a área fora dos limites da Reserva (Figuras 9 e 10).

Devido a dependência mútua do turismo baseado na natureza e a biodiversidade, é importante que as políticas e investimentos relacionados com turismo sejam formulados de forma a concorrer também para à conservação bem como assegurar a realização paralela de metas ambientalmente sustentáveis a favor dos pobres. O Banco Mundial apoia esta agenda através do Programa MozBio³⁶, que visa assegurar a sustentabilidade e protecção dos recursos naturais de Moçambique, incluindo as suas ricas florestas. O turismo baseado na natureza é promovido como um meio de preservação dos valiosos activos naturais de Moçambique e um factor chave para a sustentabilidade financeira das ACs, gerando retornos económicos e sociais para o país.



	Forest loss (2003-13) (ha)	Annual forest loss (ha/yr)
Gilé National Reserve	399.73	36.34
Buffer zone	6,753.68	613.97
Gilé	24,088.60	2,189.87
Alto Molocué	27,148.64	2,468.06
Mulevala	13,016.80	1,183.35
Ilé	7,885.72	716.88

Figura 9 (Esquerda): Mapa florestal da província da Zambézia mostrando baixo desmatamento na Reserva do Gilé.

Figura 10 (Acima): As taxas de desmatamento na Reserva e nos distritos vizinhos mostram o contraste dentro e fora dos limites da Reserva.

Fonte: Análise de Dados Históricos de Actividade em Moçambique, MITADER (2017)

35 Especificamente, a rede de Áreas de Conservação é composta por sete Parques Nacionais, dez Reservas Nacionais, uma Área de Protecção Ambiental, dezessete Blocos de Caça Controlados (Coutadas), mais de cinquenta Coutadas de Criação (fazendas de bravia) e duas Reservas Comunitárias.

36 MozBio1 esta actualmente em implementação, com projecto MozBio2 subsequente.

Desafios e Oportunidades Actuais para as Florestas em Moçambique

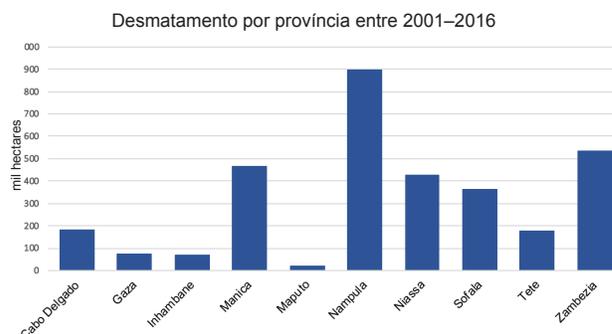
Desafios

Embora as florestas de Moçambique tenham um grande valor e exista potencial para maximizar os benefícios a nível local e global, elas estão sendo rapidamente esgotadas. O país perdeu cerca de 267.000 hectares de florestas por ano de 2003 a 2013, o que representa uma taxa histórica de desmatamento de 0.79%.³⁷ Isso contribui para que cerca de 40 milhões de toneladas de gases com efeito de estufa sejam lançados todos os anos na atmosfera, o que representa 57% das emissões globais de Moçambique. De 2014 a 2016, a perda anual reduziu para cerca de 86.000 ha, uma taxa de 0,36%.³⁸ As Tendências nos últimos anos mostram uma redução no desmatamento.

As florestas são perdidas devido a uma combinação de factores directos e indirectos ligados a vários sectores, principalmente da agricultura de pequena escala. A conversão florestal para a agricultura é o principal responsável pelo desmatamento (65% do desmatamento total), liderado pela mudança do cultivo de subsistência (agricultura de corte e queima, que muitas vezes resultam na disseminação descontrolada de incêndios), seguida pela expansão urbana e desenvolvimento de infraestrutura (12 %).

Quanto à degradação florestal, os principais impulsionadores incluem a extração florestal para energia de biomassa (particularmente carvão vegetal para uso urbano) e colheitas insustentáveis de madeira (incluindo extração ilegal de madeira) para abastecer os mercados³⁹ local e internacional.

Os factores indirectos que contribuem para o desflorestamento e degradação florestal em Moçambique incluem a insegurança sobre a posse da terra, o planeamento inadequado do uso da terra e a pressão demográfica. A insegurança na posse da terra desencoraja o investimento em activos de longo



Figuras 11 and 12: National deforestation in Mozambique from 2003–2016 and Deforestation by province. Source: MITADER (2018).

prazo com retornos limitados a não imediatos, incluindo florestas e outros recursos naturais. Esta dinâmica é agravada pela pressão demográfica, particularmente quando a densidade populacional baseada na agricultura aumenta e está próxima das áreas florestais, é o que acontece em várias áreas de Moçambique.

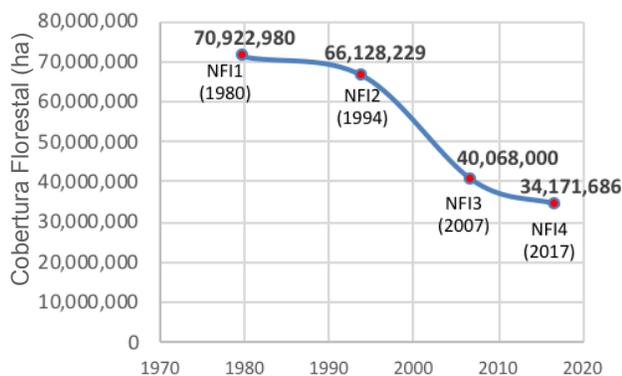
Embora as taxas de desflorestamento tenham variado, a perda florestal ocorreu ao longo do tempo. Houve uma grande redução da cobertura florestal desde 1980, quando cerca de 89%⁴⁰ do país estava coberto por floresta, comparado a 43% actualmente (Figura 14).

37 Dados do NFI 2018 NFI, na fase de validação

38 O dado sobre o desmatamento tem como base o período de 2003-2013 e 2014-2016, pois se trata de uma actualização do Inventário Florestal Nacional de 2007 que abrange o período de 1991-2002. A Estratégia Nacional do REDD + foi aprovada em 2015 tendo em consideração os dados até 2013. Os dados mais recentes sobre desmatamento disponíveis são de 2016.

39 Identificação e análise dos agentes e causas directas e indirectas de desmatamento e degradação florestal em Moçambique, Winrock and CEAGRE(2016)

40 Baseado no Primeiro Inventário Nacional de Florestas de 1980. A definição de florestas alterou ao longo dos diferentes períodos de inventário excepto



Inventário	Area Floresta %	Cobertura	AAC (m3/year)
NFI1 (1980)	70,922,980	88.6%	-
NFI2 (1994)	66,128,229	77.6%	527.866
NFI3 (2007)	40,068,000	50%	515,672
NFI4 (2017)	34,171,686	42.7%	446,728

Figuras 13 and 14: Cobertura florestal histórica e percentagem de cobertura florestal em Moçambique ao longo do tempo e o AAC associado, conforme determinado no Inventário Florestal Nacional. Source: NFI (1980, 1994, 2007, 2017)

O Corte Anual Adimicível (CAA) deve fornecer uma informação crucial para ajudar o Governo de Moçambique a tomar decisões conscientes sobre a gestão florestal. O valor decrescente de CAA ao longo do tempo sugere que a disponibilidade de recursos florestais exploráveis foi reduzida.

O sector florestal em Moçambique sofre de uma governação cronicamente fraca, alimentando ainda mais a perda florestal. Uma avaliação participativa de governação florestal foi realizada em 2016 em duas províncias usando a ferramenta PROFOR-FAO (ver Resultados na Figura 17). A avaliação mostrou que houve consenso entre as partes interessadas de que a governação era fraca, particularmente no que diz respeito a capacidade institucional e implementação de leis e regulamentos.

A aplicação da lei florestal é inexistente e os crimes florestais ficam muitas vezes impunes, permitindo assim a ilegalidade generalizada. As políticas do sector florestal contradizem as de outros sectores, e as medidas de combate a corrupção não são sistematicamente aplicadas. A participação das partes interessadas na planificação e na tomada de decisão no sector é baixa, particularmente com a inclusão das mulheres. Isso tem resultado numa confiança limitada entre as partes interessadas e na baixa partilha de benefícios com as comunidades locais. A exploração ilegal é generalizada. As receitas fiscais de exportações de madeira (sobretudo de toras), principalmente para o mercado Asiático⁴¹, não declaradas vencidas foram estimadas em US \$ 540 milhões entre 2003 e 2013. O MITADER, Ministério da Terra, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, conduziu uma avaliação separada dos operadores⁴² florestais que revelou um baixo nível de conformidade até mesmo com os padrões mínimos de gestão florestal, legal, ambiental e social.

As actuais práticas de gestão florestal prejudicam a sustentabilidade da base de recursos. Elas centram-se apenas em poucas espécies e os volumes abatidos dessas espécies seleccionadas não são sustentáveis. O recurso se degrada e desvaloriza gradualmente. Os investimentos na área florestal são praticamente inexistentes e a eficácia das operações é baixa. A maioria das empresas não emprega técnicos florestais e utiliza equipamentos e técnicas de processamento desactualizados, com a exceção de alguns operadores que fazem um esforço sério para melhorar a eficácia, a recuperação e a agregação de valor da extração de madeira.

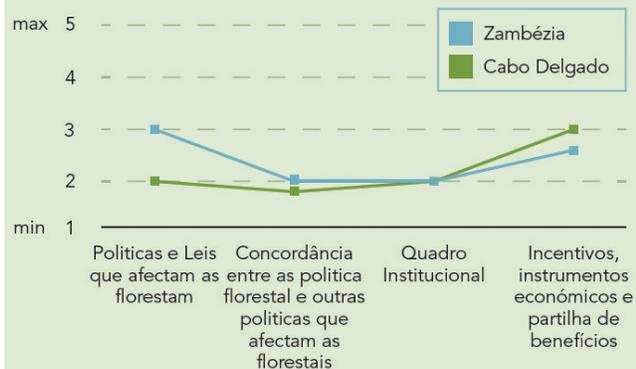
A capacidade do governo de fazer cumprir a lei é limitada. Seu sistema de gerenciamento de informações é atualmente analógico, mas está em desenvolvimento um sistema digital que vai melhorar a confiabilidade dos dados estatísticos e a transparência destes.

os numeros

41 Avaliação das perdas de receitas devido a exploração e comércio ilegal de madeira em Moçambique no período 2003–2013, WWF (2015)

42 Esta avaliação foi feita em 2016 com o envolvimento das universidades nacionais e grupos da sociedade civil. Co-financiado pelo Banco Mundial e pela WWF, e serve de indicador chave para o sector.

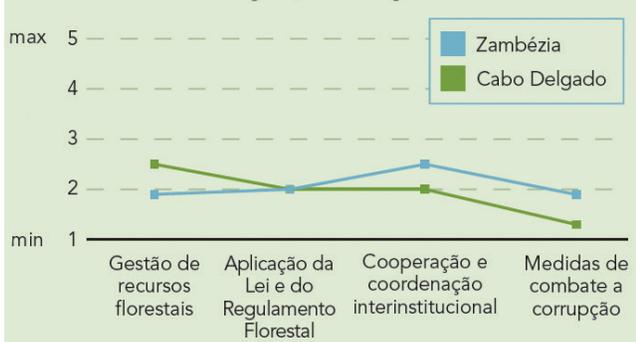
PILAR 1: ENQUADRAMENTO JURÍDICO E INSTITUCIONAL



PILAR 2: PLANIFICAÇÃO E TOMADA DE DECISÃO



PILAR 3: IMPLEMENTAÇÃO, APLICAÇÃO E CUMPRIMENTO



A fraca governação dificulta a participação pública efectiva e a responsabilidade social, o que leva a uma tomada de decisão não inclusiva em torno do uso de recursos naturais e ao desgaste da confiança entre as partes interessadas. Um fórum florestal está sendo criado para aumentar a participação das partes interessadas em questões relacionadas com a floresta.

Outro desafio para a gestão sustentável de recursos é o baixo nível de registo de direitos a terra. A capacidade da agência de administração da terra na emissão de licenças de terra e na monitoria do seu uso - registo e ocupação do solo - é baixa, um problema que se deve em parte à insuficiência de recursos, tanto humanos quanto financeiros.

A Delimitação Comunitária foi feita através de financiamento oferecido por doadores bilaterais, mas com custos elevados e impacto limitado (até então, um total de 950 comunidades foram delimitadas e

Caixa 6: Atores na Paisagem—Governo

A gestão de florestas produtivas está na jurisdição de dois ministérios — o MITADER, que é responsável pelas políticas de uso e conservação dos recursos florestais naturais e da fauna silvestre nas chamadas florestas produtivas, bem como para uso múltiplo, floresta conservação e estoque de carbono; e o Ministério de agricultura e segurança alimentar (MASA) responsável pela criação, gestão e administração de florestas plantadas para fins comerciais e energéticos.

O MITADER é responsável pela gestão dos recursos florestais para fins energéticos, embora as políticas e estratégias de desenvolvimento energético do país sejam colocadas o Ministério de recursos minerais e energia (MIREME).

Todos os anos 220 000 ha de florestas perdem-se entre 2003-2013 por causa do:

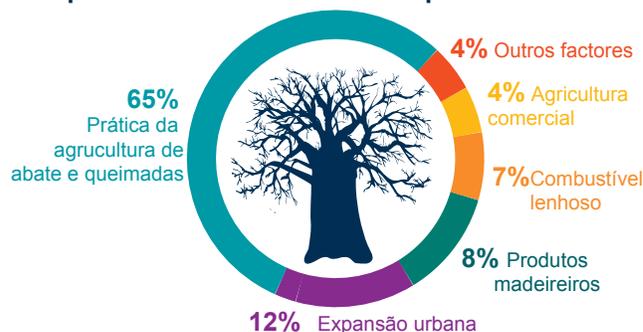
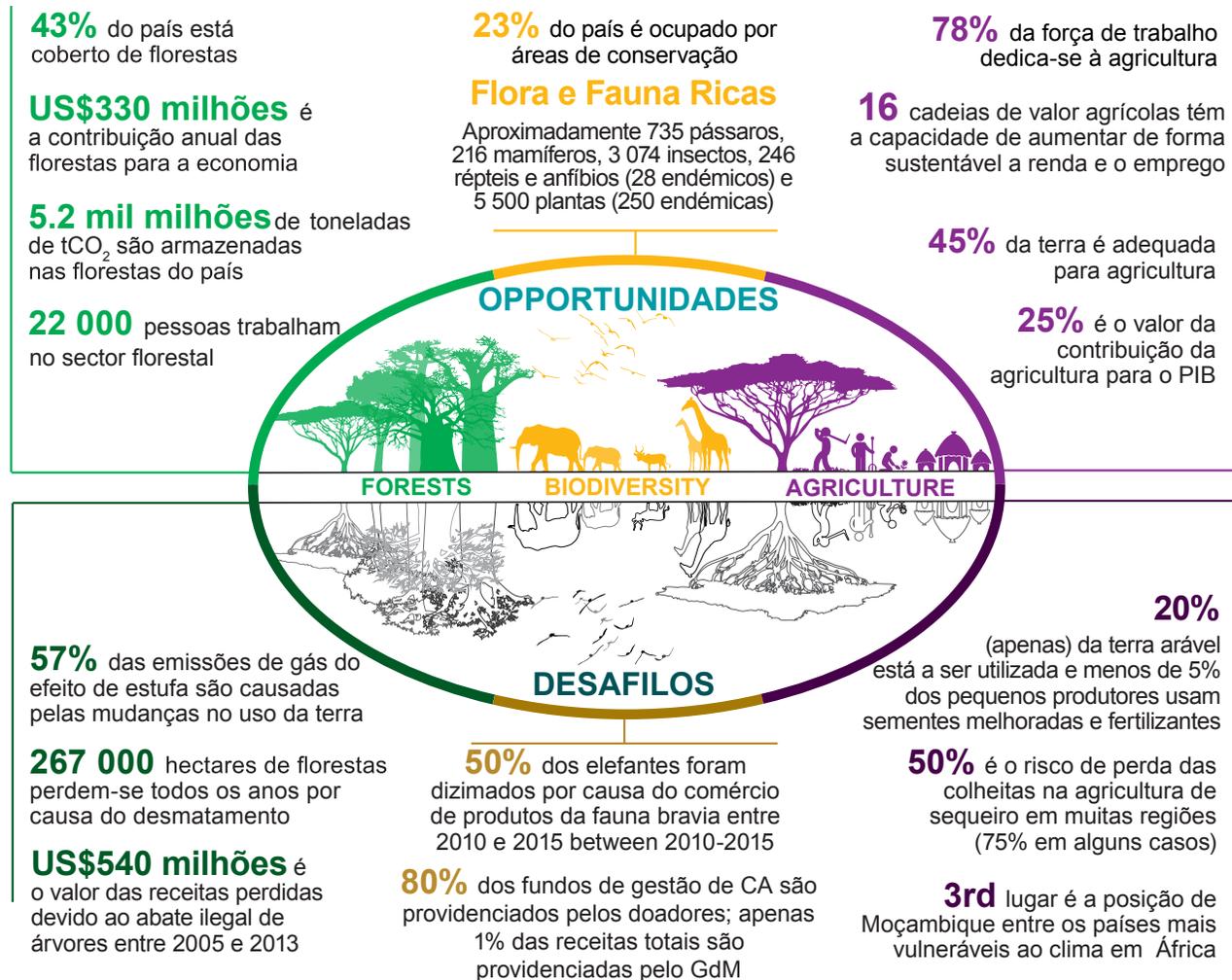


Figura 15 (Acima): Principais impulsionadores do desmatamento. Uma média de 267.000 ha de florestas foram perdidas anualmente entre 2003-2013. Source: Winrock and Ceagre (2016).

Figura 16 (Esquerda): Resultados da avaliação da governança florestal, pelo pilar do quadro de avaliação

cerca de 500.000 licenças ou DUAT registados). A falta ou inadequação de serviços de registo descentralizados a nível distrital, com pouca ou nenhuma coordenação entre os actores relevantes, inibiu os esforços para cadastro sistemático e registo dos direitos de usos da terra. Poucos serviços de administração e gestão de terras nos municípios e áreas rurais fornecem respostas administrativas eficazes ou são acessíveis à maioria dos cidadãos.

O Processo de aquisição de um DUAT é longo e oneroso e pode envolver muitos passos a seguir, durante vários anos. Existe pouca comunicação directa, integração formal ou harmonização de sistemas e procedimentos. A falta de uma metodologia comum trouxe resultados mistos de esforços anteriores, um controle ineficaz do processo de ocupação e da distribuição de recursos da terra por parte das instituições públicas. Isso contribuiu para um aumento do nível de conflitos de terra e para a expansão do mercado informal de terras, que



é particularmente dinâmico nos centros urbanos em crescimento.⁴³

Os benefícios que as comunidades podem obter das florestas são limitados e agravados pela falta do pleno reconhecimento de seus direitos sobre os recursos naturais. A lei determina que as comunidades que residem em áreas licenciadas para corte de madeira recebem 20% dos impostos pagos pelas operadoras ao governo. Cerca de 50% do valor das multas cobradas resultantes da aplicação da lei florestal também devem ser partilhados com as partes interessadas que participam no reforço da fiscalização e emissão de multas.

No entanto, as comunidades recebem pouco ou nenhum benefício, seja por causa da extração de madeira sem licença, seja pelo longo processo ou pela fraca aplicação do mecanismo de partilha de benefícios. 1.089 Comunidades recebem uma parcela dos 20% de impostos colectados de

licenças florestais⁴⁴. Mesmo quando seus direitos são transmitidos, as comunidades locais envolvidas frequentemente não têm capacidade suficiente para governar, gerir e desenvolver os seus recursos. Infelizmente, a percepção geral dos benefícios dos recursos é a partilha de receitas, e não a criação de benefícios económicos e do bem-estar através do engajamento activo na gestão. As comunidades também têm poder de negociação limitada com terceiros.

A participação das comunidades locais e das organizações comunitárias em decisões relacionadas à gestão de recursos é fraca, levando à sua limitada influência na gestão de recursos. Isso se deve a uma combinação de deficiências institucionais, baixa capacidade de especialização e tecnologia e falta de parcerias e finança⁴⁵.

Colaboração intersectorial e a coordenação pode

43 Projecto de Gestão de Terra de Moçambique (Terra Segura), Documento de Avaliação do Projeto do Banco Mundial (2017)

44 Relatório Anual da DINAF (2015)

45 Gestão de recursos naturais baseada na Comunidade: reformulação e reforço das actuais abordagens em Moçambique, resumo da política do Banco Mundial (2016).

ser muito melhorada.

Mesmo quando a abordagem paisagística está a ganhar importância, há muito espaço para a coordenação entre os sectores a nível político e em termos de iniciativas no terreno. Um exemplo é o caso da aplicação da lei florestal, onde a coordenação entre a administração florestal, a agência de aplicação da lei, a polícia e os costumes é primordial, mas esta colaboração não é eficaz. Outro exemplo importante de colaboração necessária é entre o MITADER e o Ministério dos transportes com a integração dos dados da floresta espacial na base de dados nacional gerida pelo Ministério dos transportes. Ou a coordenação entre a agricultura e as atividades florestais, como o desenvolvimento da agricultura comercial tem o potencial de reduzir significativamente a cobertura florestal.

Oportunidades

O atual governo criou um formato institucional que coloca uma forte ênfase na redução da pobreza rural e gestão sustentável dos recursos naturais. O MITADER foi criado com um amplo mandato sobre terras, florestas, desenvolvimento rural, mudanças climáticas, meio ambiente e conservação, facilitando a coordenação intersectorial entre eles. Criou-se o Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS) para mobilizar e gerir o financiamento doméstico e internacional, incluindo o financiamento do clima, e para fomentar as actividades de desenvolvimento rural e de gestão sustentável dos recursos naturais (caixa 7). O FNDS tem unidades provinciais, atualmente em Nampula, Zambezia e Cabo Delgado.

O MITADER adoptou o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável, visando melhorar a subsistência das populações rurais e a gestão dos recursos naturais através da promoção de pequenas e médias empresas nas áreas rurais, e em cadeias de valor ligadas à agricultura, silvicultura e turismo. As florestas são reconhecidas como um instrumento para a redução da pobreza no âmbito deste programa.

As prioridades de alto nível do governo e as metas expressas em seu plano quinquenal (PQG 2015 - 19) reconhecem a importância do desenvolvimento rural e das florestas. A prioridade V enfatiza a gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e o meio ambiente, o que inclui a melhoria do ordenamento territorial e o fortalecimento da implementação dos planos de uso do solo. A segurança da posse de terras é descrita no PQG 2015 - 19 como chave para promover os direitos das comunidades locais e seus meios de subsistência

Caixa 7: FNDS e assistência técnica através do fundo fiduciário multi-doador (MDTF) para a gestão integrada de florestas e paisagens

O Banco apoiou a capacitação institucional do FNDS através das seguintes áreas:

- 1) Liderança e coaching de gerenciamento de projetos.** A ML Consultoria forneceu orientação estratégica ao FNDS sobre arranjos institucionais de organização e desenvolveu sistemas de gestão para a instituição.
- 2) Gestão de riscos sócio-ambientais.** A capacidade de salvaguardas sociais e ambientais do FNDS foi reforçada. O FNDS desenvolveu um quadro de salvaguardas e ferramentas comuns para todos os seus projectos, garantindo a eficiência e o controlo da qualidade, incluindo um Mecanismo de Reclamação (MDR).
- 3) Colaboração Sul-Sul - intercâmbio de conhecimento.** As actividades de cooperação Sul-Sul visam fortalecer a capacidade de FNDS e instituições parceiras através do intercâmbio de experiências e conhecimentos com outros países sobre a gestão integrada da paisagem e da floresta.

e um ambiente mais favorável às empresas em Moçambique.

O governo atual também reconheceu publicamente os desafios relacionados à floresta e demonstrou comprometimento em abortá-los. O MITADER tem implementado a reforma do sector florestal desde 2015 para enfrentar os desafios do mesmo, incluindo mudanças institucionais e uma revisão da política florestal nacional e do caixa jurídico (caixa 8).

O Banco Mundial acompanhou e apoiou de perto estas reformas e envolveu-se no diálogo político, incluindo aconselhamento técnico no momento certo sobre estas medidas. O impulso construído em torno das reformas do sector florestal levou o banco a aumentar seu apoio ao sector. Como o MozFIP, maior investimento no área de florestas, está fornecendo financiamento necessário para implementar essas reformas.

O governo também estabeleceu metas para reduções de emissões de carbono. Moçambique apresentou a sua contribuição nacional determinada (NDC) para a CQNUAC em 2016. O NDC para as reduções totais são 23MtCO₂ de 2020 a 2024 e 53,4 MtCO₂ de 2025 a 2030.

O NDC está sendo atualizado em 2018, com a estratégia nacional de adaptação e mitigação das

Caixa 8: Reformas do Sector Florestal - MITADER

- Revisão do política florestal nacional, estratégia e direito em curso
- Suspensão de dois anos de novas licenças e concessões (Decreto 40/2015)
- Auditoria em toda a nação de áreas licenciadas (concessões florestais e licenças simples) (2015)
- Moratórias sobre a exploração de pau ferro por cinco anos (DM 10/2016)
- Nova lei sobre as exportações de madeira, incluindo a proibição de exportação de log em todas as espécies nativas (Lei 14/2016)
- Operação Tronco (2016), uma operação de inteligência e execução que levou a apreensões maciças de madeira (reportados 150, 000m3 e multas estimadas de mais de US \$1,4 milhão) que foi um sinal de ação governamental para enfrentar o desmatamento ilegal
- Transferência do mandato de aplicação da lei florestal à recém-criada Agência Nacional de controle ambiental (AQUA) e ao serviço nacional de fiscalização (Serviço Nacional de Fiscalização) (em andamento)
- Nova regulamentação de exportação de madeira processada (Decreto 42/2017, na sequência da lei 14/2016), para assegurar um melhor controlo das actividades de exportação de madeira e promover um maior valor acrescentado à madeira
- Criação de O FundInvest (2017, publicada na BR 172 III serie), entidade afiliada ao estado para facilitar a exportação de madeira processada
- Normas mínimas para a gestão sustentável (2018), a traduzir-se num instrumento jurídico de avaliação do desempenho dos operadores para informar qualquer suspensão de licenças, com potencial para desenvolver uma norma nacional de certificação
- Atualização do Inventário florestal nacional (2017), que era entrada crítica à definição do AAC para 2017. O NFI deve ser utilizado para informar a alocação de licenças florestais e potenciais moratórias sobre certas espécies
- Estabelecimento da Unidade de monitoramento, medição, relatórios e verificação - Atividades de REDD + (2016).
- Decreto REDD + aprovados (2018)
- Atualização do Programa florestal nacional (2018)
- Proibição de exploração Em Nkula, pau ferro, e de mondzo, proibição de exportação em Chanfuta, Umbila E Jambire (Despacho 29/3/18)
- Revitalização da Fórum Nacional de florestas (2018)
- MoU assinado com a China sobre a gestão florestal sustentável (2018)

mudanças climáticas orientando a implementação do NDC. Em 2015, o MITADER aprovou a estratégia nacional de REDD +, que visa reduzir o desmatamento em 40% e restaurar 1 milhão ha de florestas por 2030, equivalente a reduções anuais de emissões de 170MtCO₂.

A criação de um sistema nacional de monitoramento florestal foi concluída em 2018, e é capaz de monitorar as reduções de emissões de cobertura florestal e de medição, emissão de relatórios e verificação (MRV) anualmente. Isso incluiu a submissão do nível de emissões de referência florestal (FREL) à CQNUAC. A FREL é a base para avaliar o desempenho de Moçambique na mitigação das alterações climáticas através das florestas, bem como o impacto das políticas e medidas tomadas pelo governo para alcançar os objetivos da NDC.

Moçambique está actualmente a desenvolver uma metodologia para calcular as emissões resultantes da degradação florestal. O governo deve assinar um acordo de compra de reduções de emissões em 2018 com o fundo de carbono da FCPF, um compromisso de

pagar até US \$50 milhões para reduções demonstráveis e verificáveis de emissões dentro do programa integrado de gestão paisagística da Zambézia.

Tendo reconhecido a delimitação sistemática de terras comunitárias como parte de uma estratégia mais ampla para promover o desenvolvimento rural sustentável, o governo tem esclarecido os direitos da terra. O programa terra segura do governo tem como objetivo registrar 5 milhões parcelas individuais de terra e delimitar 4000 comunidades. O Banco Mundial apoia este objectivo através dos projectos MozFIP e Sustenta, bem como através do MozLand.

O processo de delimitação surge como um pacote de intervenções, muitas vezes envolvendo a preparação participativa dos planos locais de uso da terra, planos de acção para o desenvolvimento comunitário (CDAPs),⁴⁶ a criação de um Comitê de gestão de recursos naturais, bem como atividades de capacitação para as comunidades locais.

46 Também conhecido como agenda comunitárias, estes planos de ação expressam as aspirações das comunidades (incluindo diferentes grupos sociais) sobre o seu desenvolvimento em um período predefinido e priorizar as várias iniciativas que as comunidades acreditam serem possíveis dentro de sua área delimitada. Isto fornece a base sobre a qual

Caixa 9: Actores na Paisagem—Sociedade Civil

As organizações da sociedade civil têm a responsabilidade essencial de responsabilizar o governo. As ONGs são também os principais implementadores de projetos de CBNRM que envolvem o trabalho com as comunidades. Há poucas organizações da sociedade civil em Moçambique com uma experiência directa significativa na gestão florestal e na governação.

A maioria dessas organizações se concentra em aspectos de desenvolvimento comunitário, como a organização e o planeamento da Comunidade, e promove atividades de subsistência e geração de renda, mas que muitas vezes estão relacionadas à gestão de recursos. São instituições fundamentais para o fortalecimento contínuo da capacidade comunitária para o CBNRM. O banco tem parcerias estreitas com muitos deles, como o Fundo Mundial de vida selvagem para a natureza em Moçambique (WWF), Iniciativa para Terras Comunitárias (Itc), Micaia Fundação Raiza ramose ORAM.

O **Multi-Stakeholder Fóruns para a Paisagem da Zambézia**, Cabo Delgado e Nampula são espaços importantes para o diálogo e a tomada de decisões em nível paisagístico entre um conjunto diversificado de stakeholders, com um grande papel para a sociedade civil. Os fóruns estruturaram grupos de trabalho temáticos para discutir questões técnicas de prioridade na paisagem. Na



Estrutura do Fórum da Paisagem em Zambézia

Zambezia, a plataforma levou à criação de um grupo de trabalho da sociedade civil que assinava um MoU com Portucel para prestar serviços de aconselhamento sobre questões sociais e ambientais.

O **Mecanismo de Subvenção Dedicado para as Comunidades Locais de Moçambique (MozDGM)** é um projecto dentro do portfólio de ILM gerenciado directamente por e para comunidades, organizações de base comunitária e organizações da sociedade civil. Liderado pelo WWF Moçambique e um Comité Nacional de direcção, e composto por membros da sociedade civil, O MozDGM é uma oportunidade sem precedentes focada no fortalecimento da capacidade e participação das comunidades na gestão de recursos naturais que podem influenciar uma abordagem nacional para a capacitação.

O registo legal dos direitos de uso da terra é um primeiro passo para a proteção das comunidades e dos direitos individuais da terra e é visto como um critério fundamental para engajar-se em iniciativas de Gestão de Recursos Naturais Baseadas na Comunidade (CBNRM), especialmente se há uma trajetória para atrair investidores.

Há maneiras de aumentar os benefícios para as comunidades das florestas, começando com as principais partes interessadas e reconhecendo que a CBNRM é um elemento-chave de uma estratégia nacional de desenvolvimento rural.

A recém-concluída 5a Conferência Nacional sobre Gestão de Recursos Naturais Baseada na Comunidade, financiada pelo Banco Mundial, iniciou uma estratégia nacional e plano de ação para o avanço da CBNRM no país.

As recomendações que avançam devem incluir a criação de um programa nacional dedicado à CBNRM que possa institucionalizar a capacitação de longo prazo para as comunidades e prosseguir parcerias de longo prazo para que as comunidades possam aproveitar o potencial de mercado para as florestas e produtos agrícolas. Para fazer isso, o governo deve endossar um pacote coerente de intervenções com ferramentas e

abordagens bem testadas que podem ser replicados e ampliadas nas iniciativas do CBNRM em todo o país.

O projecto MozDGM (ver caixa 9) servirá de veículo de financiamento através do qual o plano de acção e o programa nacional podem ser implementados.

O governo reconheceu a necessidade de um planeamento espacial e está desenvolvendo planos de uso da terra nos níveis nacional e local. Nota-se o plano nacional de uso da terra, instrumento estratégico e programático que proporciona uma visão organizacional de médio a longo prazo para o planeamento e uso territorial, articulada com um modelo e estratégia de desenvolvimento socioeconómico e que fornece informações, dados e cenários para a avaliação do país, recursos naturais e infra-estrutura. O planeamento espacial abrange todo o nível nacional e orientará as decisões de uso da terra, fornecendo um cenário de desenvolvimento a longo prazo.

O planeamento estratégico a este nível primeiro envolverá um diagnóstico do território nacional, seus elementos naturais e físicos, alterações climáticas e impactos humanos (crescimento populacional, efeitos sobre o uso e degradação da terra) e a identificação estratégicas de opções

para o desenvolvimento espacial. Uma plataforma de modelagem dinâmica simulando trajetórias futuras de uso e mudança de uso da terra, incluindo os níveis futuros de degradação e demanda de uso do solo pelo crescimento populacional são um componente do plano nacional de uso da terra. O processo de planeamento também permitirá uma avaliação das intervenções para a gestão sustentável da terra e dos recursos naturais, proporcionando ao governo informações para tomar decisões políticas.

Nos níveis provinciais e distrital, o governo está desenvolvendo planos espaciais como o recém lançado plano espacial de uso da terra para a costa dos Elefantes, uma área que abrange parte do Distrito de Matutuine e a ilha de Inhaca. Este plano espacial de ordenamento do território e o respectivo plano urbano distrital contribuirão para o desenvolvimento sustentável e resiliente de longo prazo de uma das áreas de crescimento mais rápido do país, onde existem grandes desenvolvimentos de infraestruturas urbanas, mas também rica em biodiversidade – a Reserva Especial de Maputo e a Ponta do Ouro Reserva Marítima Parcial— com potencial para o desenvolvimento de ecoturismo de alta qualidade. Este plano permitirá uma maior protecção dos manguezais na Baía de Maputo e a Reserva

Abaixo: membros da comunidade fazem uma pausa na província da Zambézia, centro de Moçambique.

Caixa 10: Actores na Paisagem—Academia

O sector florestal conta com o apoio de universidades locais, bem como agências nacionais e regionais de pesquisa. As universidades parceiras em projectos do banco incluem Universidade Eduardo Mondlane, UniZambezi na Zambézia, e UniLúrio em Cabo Delgado.

Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) é a principal instituição de pesquisa em agrosilvicultura. O papel da Academia poderia ser ampliado para fornecer assistência técnica aplicada e capacitação a outros actores do sector.

Florestal Licuati, uma das poucas florestas de areia costeira remanescentes em toda a África Austral.

A nível comunitário, o Governo de Moçambique também promove e financia a preparação de planos locais de utilização da terra através de processos participativos e conduzidos pela Comunidade. Uma definição clara das oportunidades de utilização da terra é uma base importante sobre a qual as comunidades podem ser habilitadas e informadas para gerir de forma sustentável os seus recursos e buscar oportunidades económicas.





Envolvimento do Banco Mundial: Desenvolvimento Rural Sustentável através da Gestão Integrada da Paisagem

Para garantir a contribuição das florestas para o desenvolvimento rural sustentável, uma abordagem integrada de gestão paisagística é fundamental. As ameaças às florestas vêm de múltiplas fontes e sectores, principalmente fora do sector florestal, envolvendo múltiplos actores através de demandas concorrentes sobre a terra e os recursos. Como tal, é necessário uma abordagem integrada da paisagem, com intervenções dentro e fora do setor florestal envolvendo múltiplos stakeholders em vários níveis. Esta abordagem é fundamental para o desenvolvimento rural sustentável de Moçambique.

Uma paisagem sustentável irá simultaneamente satisfazer as necessidades locais (por exemplo, a disponibilidade de água para as famílias), contribuindo para os compromissos nacionais de Moçambique e metas internacionais, tais como proteger a biodiversidade e reduzir as emissões de GEE.

O compromisso de gestão do ambiente e dos recursos naturais do Banco Mundial em Moçambique, através do Portfolio de Gestão Integrada de Paisagens de Moçambique, adota uma abordagem de paisagem programática e promove investimentos florestais inteligentes. A abordagem integrada da paisagem reconhece a ligação entre o desenvolvimento agrícola e a gestão dos recursos naturais, tanto em termos de gestão institucional como de implementação no terreno, de modo a combinar investimentos numa área geográfica (paisagem) para maximizar o seu impacto.

O foco central de engajamento com o Governo de Moçambique (GdM) é um desenvolvimento rural sustentável, que capta bem a abordagem programática, tema importante para a agenda nacional do país. Desta forma, o apoio do banco está integrado com as prioridades estratégicas do governo e os investimentos são integrados em seus programas de acordo com as abordagens defendidas no plano de acção florestal. O portfólio pode ser organizado em quatro áreas principais: investimentos, trabalho



analítico, assistência técnica e pagamentos baseados em desempenho. Podem ser encontradas informações pormenorizadas no anexo 1.

O GdM e o banco estabeleceram uma parceria de alto nível para promover o desenvolvimento rural e a gestão sustentável dos recursos naturais.

O Portfolio de Gestão Integrada de Paisagens do banco, em apoio à agenda de desenvolvimento sustentável do governo, fornece uma plataforma para a elaboração de uma gama diversificada de fontes de financiamento e continua a crescer. A Figura 18 demonstra a evolução do engajamento do banco e ilustra a mistura de diversas fontes de financiamento, incluindo uma robusta alocação da International Development Association (IDA), juntamente com o fundo fiduciário, a maioria dos quais se relacionam com o financiamento climático (como o Climate Investment Funds, Forest Carbon Partnership Facility e Global Environment Fund).

O GdM solicitou ao banco que liderassem a coordenação dos parceiros de desenvolvimento em torno da gestão dos recursos naturais.

Os principais parceiros afirmaram e apoiaram este papel através da criação do fundo fiduciário multidoador para a gestão integrada de paisagens e florestas, com contribuições da Suécia e potenciais contribuições de outros parceiros.

Galvanizando o apoio de parceiros e outras partes interessadas, o banco tem sido capaz de reunir forte apoio para os ousados esforços do governo para lidar com questões politicamente sensíveis, como o combate à exploração madeireira ilegal.

Para aumentar parcerias de desenvolvimento e apoio à visão de Moçambique, o banco está a promover activamente o intercâmbio de conhecimento Sul-Sul sobre os mecanismos de financiamento rural (com o Brasil, México, África do Sul e Namíbia), e assinou um acordo tripartidário com Moçambique e Brasil para promover intercâmbios programáticos sobre



desenvolvimento rural e questões de recursos naturais.

Tais parcerias com redes locais, regionais e globais devem continuar a ser expandidas para maximizar a aprendizagem e a partilha de experiências para enriquecer os programas de Moçambique.

Há oportunidades de expansão para o financiamento do clima, o compromisso do fundo de carbono da FCPF para pagamentos baseados em desempenho na província da Zambézia, sendo o primeiro voto de confiança de resultados demonstráveis nas reduções de emissões (caixa 11).

Moçambique procura activamente oportunidades no âmbito do Green Climate Fund, um dos principais recursos identificados no início do plano de investimento. Moçambique é também um dos poucos países que implementou uma operação de política de desenvolvimento de mudanças climáticas e tem progressos alcançados nas principais iniciativas políticas. Esta parceria

Caixa 11: Pagamentos de Redução de Emissões no Âmbito do Programa da Paisagem Integrada da Zambézia (ZILMP)

Um acordo de compra de reduções de emissões (ERPA) será assinado entre o governo e o fundo de carbono da FCPF em 2018 para pagamentos de até US \$50 milhões para reduções de emissões verificáveis feitas dentro dos nove distritos da Zambézia. Se as emissões forem reduzidas, os pagamentos serão acionados àqueles que contribuíram para gerar os resultados de acordo com o plano de compartilhamento de benefícios aprovado pelas partes interessadas.

O plano alocará 70% para as comunidades, 20% para o sector privado, 2% para o governo provincial, 4% para o governo distrital e 4% para Reserva Nacional de Gilé, a ser reinvestido em práticas de gestão sustentável e acções que irão sustentar as reduções de emissões a longo prazo.

aproveita o financiamento do sector privado, inclusive da IFC. Os atores privados estão se tornando uma fonte crescente de financiamento, aumentando seu

Caixa 12: Maximizando o Financiamento para o Desenvolvimento (aproveitando o financiamento do sector privado) com o Suporte do ILM

- Fortalecimento da mobilização de recursos comerciais para a agricultura e cadeias de valor florestal: Um esquema de subsídios equivalentes ao projecto sustenta de US \$80 milhões (IDA) fornece financiamento para pequenos produtores comerciais emergentes. Permite que o banco nacional de investimento de Moçambique estabelecesse uma linha de crédito para co-financiar pequenos agricultores na agricultura e silvicultura inteligentes.
- Alavancando capita privado e expertise técnica para viabilizar a PPP em áreas protegidas de gestão. Os renomados operadores multinacionais engajaram o GdM sobre a PPP para gestão de áreas protegidas, como o Parque do Arquipélago de Bazaruto e a Reserva Especial de Maputo. Eles trouxeram mais

de US \$20 milhões de recursos privados e pericia técnica (incluindo no turismo com base na natureza), apoiado pelo projeto MozBio US \$46 milhões.

- Promoção de parcerias comunidade-sector privado para manejo florestal. Através da FCPF, os produtores de caju estão a se beneficiar do serviço de informações do mercado de caju - que fornece preços e avaliações de mercado, ajudando-os a tomar decisões de negócios informadas. O MozFIP (US \$47 milhões) está a apoiar as comunidades de Uapé e Nipiode a criar concessões florestais comunitárias em parceria com empresas florestais para ter acesso ao mercado e à tecnologia de processamento de madeira. O MozFIP também estabeleceu um esquema de plantação comercial baseado no desempenho para incentivar os pequenos agricultores a se envolverem em silvicultura comercial e facilitaram o acesso ao mercado e o suporte técnico da IFC- Portugal.

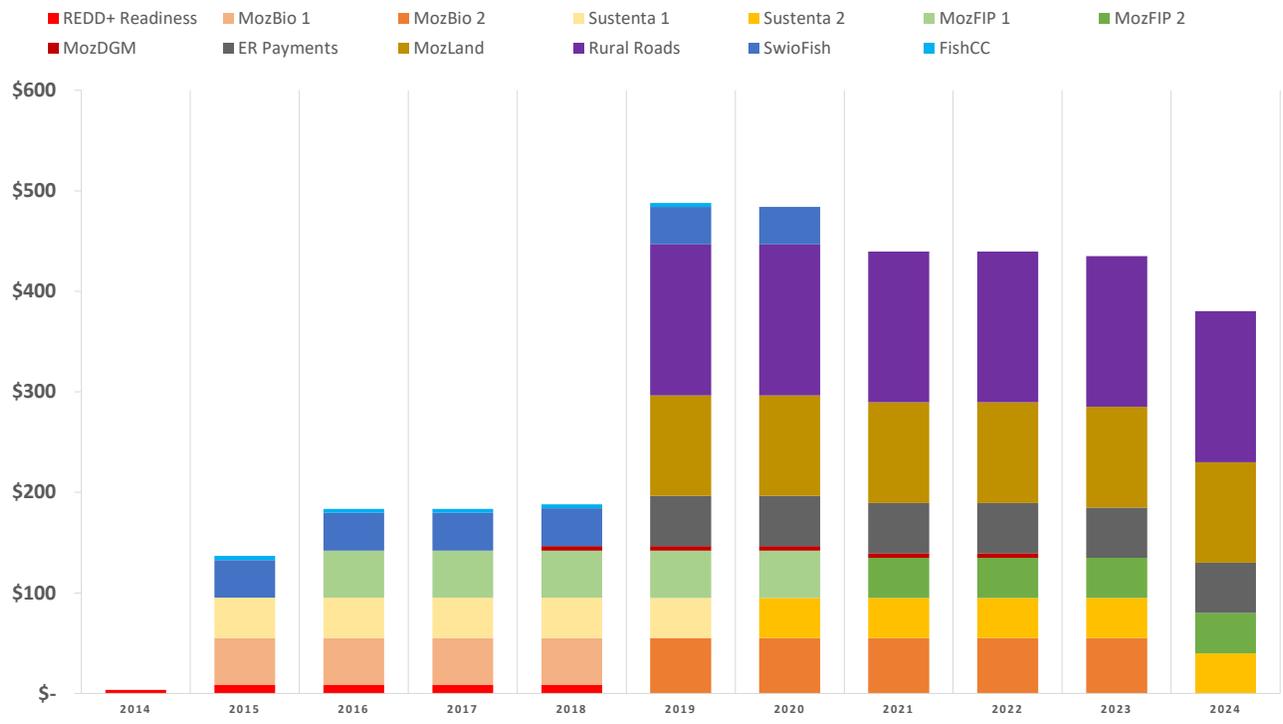


Figura 17: Evolução do financiamento e apoio do Banco Mundial ao Governo de Moçambique para a Gestão Integrada de Paisagens

Abaixo: Representantes do Banco, GdM e stakeholders no Arquipélago de Bazaruto.





Recomendações e Conclusão

Recomendações de Políticas

investimento em gestão de recursos sustentáveis através de parcerias, tanto com o sector público e com as comunidades (caixa 12).

O Banco Mundial tem trabalhado em estreita colaboração com o Governo de Moçambique para prosseguir ações políticas prioritárias em determinadas áreas-chave, algumas das quais estão destacadas a seguir. Muitos deles já são apoiados através das operações do Banco Mundial, mas há espaço para expansão e apoio adicional de parceiros de desenvolvimento. Há também muitas oportunidades para apoiar as actividades florestais e climáticas inteligentes através da integração destes princípios em outras intervenções sectoriais.

1. Manejo florestal natural e governança florestal

- Revisar o conceito de manejo florestal sustentável, mudando a ideia de florestas como uma fonte apenas de madeira para uma ideia que inclui seus usos não-econômico, a fim de captar o valor total das florestas, especialmente para as comunidades locais;
- Promover os múltiplos usos das florestas e valores que podem ser adicionados a eles, incluindo o uso sustentável da fauna silvestre (caça ao troféu, agricultura), produtos florestais não madeireiros e serviços ecossistêmicos para maximizar seu valor;
- Reformar o enquadramento das concessões florestais para garantir a existência de apenas empresas financeiramente e ambientalmente sustentáveis. Isto exigiria uma redução significativa no número de concessões operando e a eliminação de licenças simples, Difíceis de controlar e manipuladas facilmente para o uso ilegal. As concessões florestais devem ser alocadas com base em rendimentos sustentáveis e acções futuras;
- Realizar o planeamento e alocação de recursos florestais de longo prazo para diferentes usos, como para comercialização e conservação, incluindo o estabelecimento de áreas florestais permanentes para manter um património florestal produtivo;
- Aumentar a transparência e o acesso aos dados sobre a cadeia de abastecimento florestal, incluindo dados sobre concessões, bem como a alocação de madeira, licenciamento, transporte, processamento e exportação, através da tecnologia de rastreamento de madeira. Desenvolvimento de um sistema de informação florestal usando a melhor tecnologia disponível e melhorar as ferramentas para monitorar o desmatamento e a mudança de cobertura do uso da terra ;
- Construir e investir em capacidade institucional para melhorar o planeamento de alocação de recursos, gestão de concessões e a aplicação de regulamentações de manejo florestal por concessionárias florestais - em todos os níveis;
- Fornecer incentivos e assistência técnica ao sector privado para a adoção de práticas sustentáveis de manejo florestal e agregar valor aos produtos madeireiros;
- Desenvolver novos mercados, melhores remunerados para produtos florestais, incluindo a promoção da certificação para o acesso a novos mercados e pesquisa e desenvolvimento de novos produtos florestais;
- Melhorar a aplicação da lei com tecnologia e ferramentas apropriadas que permitam alertas em tempo real, melhorar os protocolos da agência de aplicação da lei para o controle de não conformidade, desenvolver um sistema de reclamações e investigação de crimes florestais, e melhorar a colaboração entre as instituições pertinentes, como a alfândega e a polícia. Melhorar ou introduzir acordos regionais de controlo transfronteiriço e formar agentes judiciais para repressão dos crimes florestais
- Promover a participação significativa das várias

partes interessadas na tomada de decisões através de plataformas de consulta em todos os níveis.

2. Energia da biomassa - carvão vegetal

- Aumentar a sustentabilidade e eficiência da produção de carvão vegetal (com fornos mais eficientes e através de uma melhor utilização dos fornos existentes);
- Reduzir a dependência da energia da madeira através da promoção de fontes alternativas de biomassa e não-biomassa — estabelecer plantações de combustíveis de madeira para a produção de carvão vegetal, acelerar e incentivar a adopção de opções alternativas de combustível em áreas urbanas, como gás e energia solar;
- Reduzir o uso de florestas naturais para a produção de carvão vegetal e promover fogões melhorados, mais eficientes para reduzir a pressão em fontes de combustível de madeira.

3. Agricultura

- Promover o clima-inteligente e conservação da agricultura, incluindo sistemas agroflorestais, para incentivar os pequenos agricultores a investir em sistemas agrícolas estáveis e afastar-se da agricultura de mudança;
- Apoiar as actividades de valor agregado em cadeias de valor mais produtivas e melhor planeadas que integrem práticas sustentáveis e envolvam famílias rurais;
- Restaurar terras degradadas para se tornarem áreas produtivas novamente.

4. Silvicultura da plantação

- Criar incentivos para a promoção de plantações florestais comerciais, especialmente para produtores de pequena escala que utilizem esquemas de cultivo com empresas privadas;
- Melhorar o ambiente propício para a empresa (comunidade) e as relações governamentais, falicitando as consultas comunitárias, particularmente no acesso à terra;

5. Planeamento do uso da terra

- Desenvolver planos espaciais de uso da terra nos níveis nacional e local alinhados em suas escalas

e com base em futuros cenários de uso da terra, como degradação e urbanização;

- Apoiar o uso do solo e o planeamento de recursos a nível comunitário e integrar planos de ação de desenvolvimento comunitário em planos distritais para melhorar a governança local;
- Garantir a conformidade com os regulamentos de uso da terra.

6. Segurança da posse de título da terra

- Garantir a alocação de indivíduos com direitos da terra de Comunidade (Certificações e DUATs);
- Sistematizar a formalização e o registro oficial de títulos de terra.

7. Gestão de recursos naturais com base na Comunidade

- Estabelecer um programa nacional de CBNRM que sistematize a capacitação de longo prazo para as comunidades locais, o acesso ao financiamento para o desenvolvimento de negócios locais e o apoio à gestão de recursos naturais (particularmente florestas e fauna silvestre);
- Promover parcerias entre comunidades e o setor privado para o desenvolvimento de empresas comunitárias e desenvolver modelos para as estruturas de apoio e compartilhamento de benefícios necessárias para tais parcerias.

Mobilização de Recursos

Para concretizar a ambiciosa abordagem de Gestão Integrada de Paisagens de Moçambique, as boas práticas e os sucessos locais demonstrados têm de ser aumentados e reproduzidos em outros distritos e províncias. Para alcançar essa transformação, o financiamento adicional precisa ser aproveitado.

O plano de investimento florestal de Moçambique (2015) estabelece um caixa em larga escala, faseada e a direcção para a expansão de investimentos fora e dentro do sector que irá avançar e ampliar a abordagem integrada. O plano de investimento considera a alocação existente do programa de investimentos florestais e de outras operações do Banco Mundial como fase inicial. As fases subsequentes do apoio financeiro expandirão as abordagens do FIP e as actividades sectoriais para outras paisagens, além de aprofundar e sustentar as actividades existentes e as reformas políticas.

O plano de investimento, juntamente com o apoio técnico do banco, levou à criação do fundo fiduciário multidoador para a gestão integrada de florestas e paisagens, que tem o potencial de atrair outros parceiros de desenvolvimento.

Embora os recursos significativos já tenham sido dedicados ao plano de investimento, implementá-lo em todo o país exigiria recursos adicionais de mais de US \$500 milhões.

A abordagem faseada destina-se a demonstrar a solidez das estruturas institucionais e de implementação para fornecer resultados concretos no sector, o que facilitaria a alavancagem de financiamentos adicionais a partir de outros instrumentos internacionais e doadores.

O governo de Moçambique está a reforçar a sua capacidade de atrair, gerir e utilizar eficientemente fundos adicionais, nomeadamente com o estabelecimento e o reforço contínuo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS) (Caixa 7). Uma série completa de fontes de financiamento deve ser prosseguida, além do financiamento climático, incluindo o financiamento do sector privado através de parcerias com as comunidades para empresas sustentáveis (caixa 12) e outras abordagens inovadoras.

O desembolso efetivo dos fundos, particularmente a nível local, é uma capacidade que está sendo desenvolvida, demonstrada e melhorada através da atual carteira de projectos de investimento. Os mecanismos de financiamento,

como os regimes de subvenção correspondentes e os mecanismos de repartição dos benefícios para o desembolsando de prestações às comunidades locais, são, por exemplo, testados. O plano de repartição de benefícios desenvolvido no âmbito do projecto de pagamentos de reduções de emissões da Zâmbia é um desses modelos (caixa 11).

Conclusão

As florestas em Moçambique têm o potencial de gerar benefícios para as comunidades locais através do emprego, receitas (madeira, produtos florestais não madeireiros, vida selvagem) e serviços ecossistêmicos; à economia nacional através de impostos sobre os produtos florestais (particularmente madeira) e para a comunidade global através de serviços ambientais, particularmente armazenamento de carbono e proteção da biodiversidade. Percebendo que este potencial vai levar um programa de médio a longo prazo de reformas, apoiado por investimentos.

Tais reformas exigirão continuidade da vontade política e financiamento significativo de diferentes fontes, incluindo fontes domésticas (governo nacional e sector privado), mercados (madeira, turismo) e da comunidade internacional (financiamento climático, pagamento por serviços ambientais como REDD+ e ajuda ao desenvolvimento). A mobilização contínua de recursos de várias fontes é necessária para garantir que esses esforços possam ser sustentados.

Abaixo: uma mulher (com bebê) coleta água na Província de Cabo Delgado, norte de Moçambique.



Anexo 1: Engajamento do Banco Mundial

O engajamento do banco pode ser organizado em quatro áreas principais: investimentos, trabalho analítico, assistência técnica e pagamentos baseados no desempenho.

Investimentos



Mecanismo de Subvenção Dedicado as Comunidades Locais (DGM)

Montante: \$4.5M

Período de Execução: 2018-2023

Objectivo: Fortalecer a capacidade das comunidades locais e das OBCs de participarem da gestão sustentável das paisagens.

Temas Principais: CBNRM, participação das comunidades e OBCs na gestão integrada da paisagem.



Projecto de Investimento Florestal (MozFIP)

Montante: \$47M (FIP: \$22M, MDTF: \$10M, IDA: \$15M)

Período de Execução: 2017-2022

Objectivo: Melhorar a governação das florestas e promover a gestão sustentável das florestas e terras.

Temas Principais: Governação florestal; gestão integrada da paisagem; gestão sustentável das florestas.



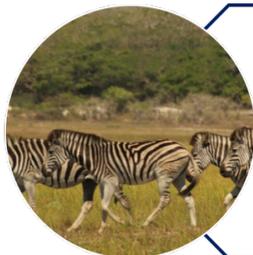
Gestão da Agricultura, Paisagens e Recursos Naturais 1 e 2 (SUSTENTA)

Montante: \$40M + \$40M (IDA)

Período de Execução: 2016-2021, 2019-2024

Objectivo: Integrar as famílias rurais na cadeia de valor da base florestal e da agricultura sustentável.

Temas Principais: Desenvolvimento da agricultura; cadeia de valor; direito de uso e aproveitamento da terra; reabilitação da terra.



Áreas de Conservação para Biodiversidade e Desenvolvimento 1 e 2 (MozBio)

Montante: \$46.3M + \$55M (IDA: \$80M & GEF: \$21.3M)

Período de Execução: 2015-2018, 2019-2024

Objectivo: Melhorar a gestão das áreas de conservação e as condições de vida da comunidade.

Temas Principais: Conservação; biodiversidade; fauna bravia e turismo; desenvolvimento comunitário.

Pagamentos Baseados no Desempenho



Programa de Gestão Integrado da Paisagem da Zambézia (Pagamentos pela Redução de Emissões)

Montante: up to \$50 milhões (dependendo do resultado)

Período de Execução: 2018-2025

Objectivo: O fundo do carbono do Mecanismo de Parcerias para o Carbono Florestal (FCPF), gerido pelo Banco, comprometeu-se a disponibilizar até US\$ 50 milhões para a província da Zambézia, caso ela consiga reduzir as emissões de gases de efeito estufa resultantes do desmatamento. Por outras palavras, o FCPF pagará a Zambézia pelo sucesso da mitigação das mudanças climáticas, através da redução da perda elevada e contínua da cobertura florestal.



FCPF* REDD+ Subvenção de Prontidão

Montante: \$8.6 milhões

Período de Execução: 2013-2018

Objectivo: Fortalecer a gestão nacional de prontidão do REDD+, apoiando o quadro jurídico e institucional.

Temas Principais: Quadro institucional do REDD+; assistência técnica e estratégica; capacitação.

Assistência Técnica



Assistência Técnica Programática ILMF

Objectivo: Reforçar a capacidade institucional do GdM na gestão de florestas e paisagens, promovendo ao mesmo tempo o desenvolvimento rural.

Pillar 1: Assistência técnica FNDS

Pillar 2: Trabalho analítico para fortalecer a gestão das florestas e adaptação às mudanças climáticas.

Pillar 3: Fortalecimento da parceria entre GdM, sociedade Civil e instituições académicas.



Planeamento do Uso da Terra para uma maior Resiliência das Paisagens (LAUREL)

Período de Execução: 2017-2019

Objectivo: O planeamento físico é um elemento-chave da abordagem do Portfólio ILMF. Nesse sentido, o LAUREL tem por objectivo apoiar a tomada de decisão no contexto da gestão integrada das paisagens, melhorando os dados espaciais sobre a degradação da terra e desenvolvendo plataformas de protótipos para a simulação, avaliação e reorientação do uso da terra e dos processos de mudança do uso de terra.

Trabalho Analítico

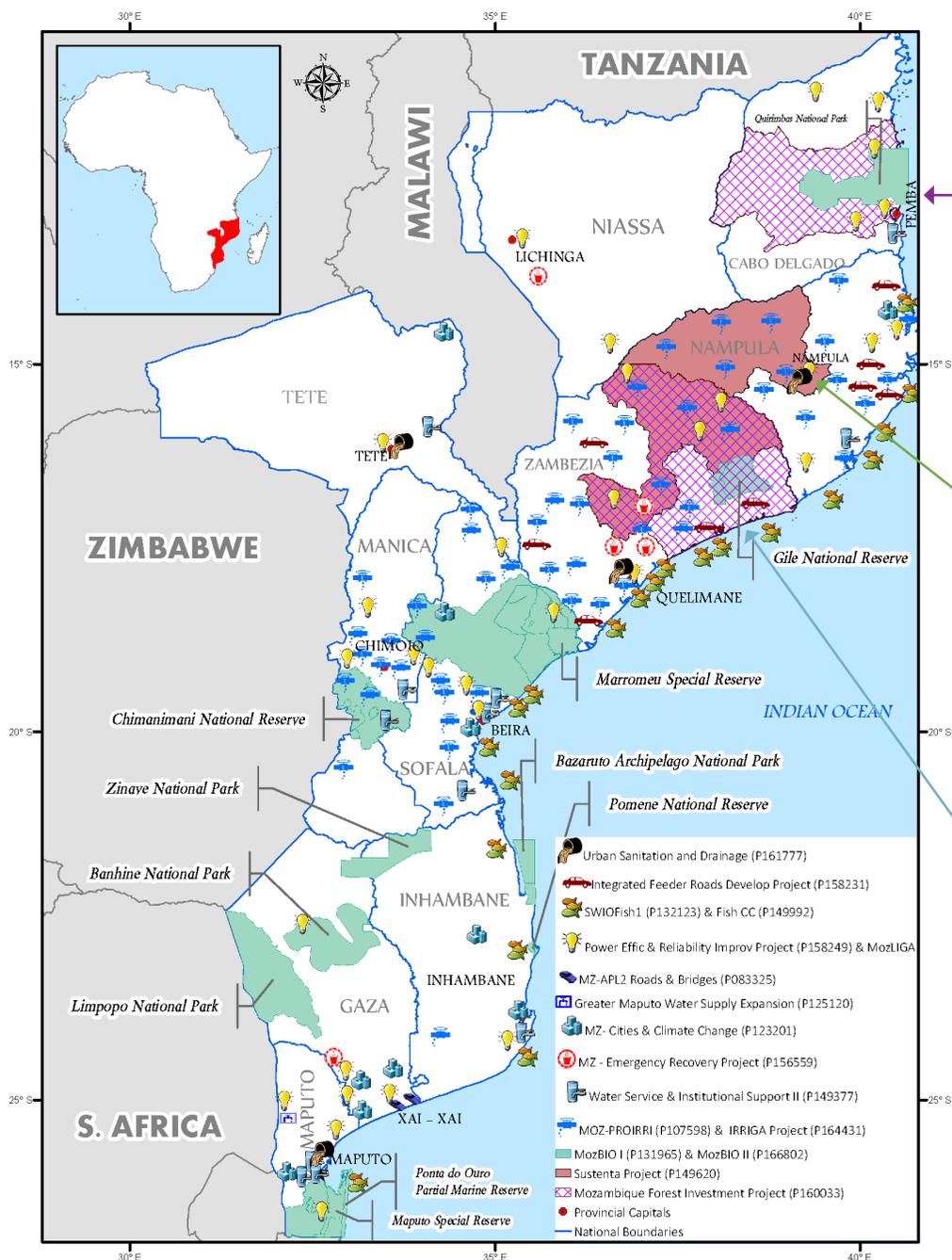


Visão e Agenda Estratégica para o Sector Florestal em Moçambique

Período de Execução: 2017-2018

Objectivo: Criar um conjunto de objectivos comuns baseados nos desafios, oportunidades e compensações. Isto será alcançado através do trabalho analítico participativo e da busca do consenso entre as várias partes interessadas, baseando-se nos conhecimentos e experiências geradas nos últimos anos, nas políticas nacionais e nas opções de investimento sustentável.

Anexo 2: Paisagens Prioritárias em Moçambique



Paisagem de Cabo Delgado

Área total: 4 milhões ha

População: 611.538

População rural: 78,4%

Área total da floresta: 1.756 ha

Taxa de desmatamento: 0,32%

A paisagem de Cabo Delgado abriga uma variedade de habitats terrestres e marinhos essenciais para a biodiversidade, cada um com diferentes características geográficas. A área inclui o Parque Nacional das Quirimbas, que

abriga 135.000 pessoas, bem como uma rica variedade de fauna e flora terrestres e marinhas, como elefantes, tartarugas e florestas de Miombo. Trabalhando com a sociedade civil e com organizações comunitárias, o portfólio da ILM está a ajudar as comunidades que dependem de práticas potencialmente destrutivas, como agricultura de corte e queima e exploração de carvão vegetal, a encontrar alternativas de geração de renda e actividades que diminuam o desmatamento e a degradação florestal.

Paisagem de Nampula

Área total: 3 milhões ha

População: 926.621

População rural: 79%

Pobreza: 49% abaixo da linha da pobreza

Área total da floresta: 797.000 ha

Devido aos seus solos férteis, alta altitude e múltiplas nascentes de rios,

a paisagem de Nampula tem grande potencial agrícola e florestal. Como muitas famílias rurais ainda usam práticas agrícolas tradicionais e muitas vezes ineficientes, o portfólio da ILM está a ajudar a direcionar investimentos privados substanciais para a agricultura sustentável e cadeias de valor baseadas em florestas.

Paisagem de Zambézia

Área total: 6 milhões ha

População total: 2.286.988

População rural: 74%

Nível de pobreza: 56% abaixo da linha de pobreza

Área florestal: 3.225 ha

Taxa de desmatamento: 0,62%

A paisagem da Zambezia abriga florestas e bosques, terras agrícolas e a Reserva

Nacional do Gilé, abrangendo vários hotspots de biodiversidade. O portfólio ILM está a ajudar a mitigar as principais ameaças à paisagem, fortalecendo o manejo florestal natural e plantado, aumentando a segurança da posse da terra, melhorando a sustentabilidade e a produtividade da agricultura, da energia da biomassa e melhorando Ordenamento. Esta paisagem foi escolhida como uma área do programa de redução de emissões no fundo de carbono da facilidade de parceria de carbono florestal.



GRUPO BANCO MUNDIAL



Sweden
Sverige